

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • Nº 93 • 5 a 12 de dezembro de 1979 • Cr\$ 20,00

1979: O estouro da inflação...

O maior roubo da década

A inflação para 79 deve ultrapassar a casa dos 80%. É a marca recorde desde 1964. Aqui, porque o governo e os patrões criam a alta dos preços (Págs: 8 e 9)

80% NAS COSTAS DO POVO

... E a explosão do general presidente

A maior briga do século

Florianópolis

Em toda a história universal, somente no século passado, e no Brasil, registra-se o caso de um Chefe de Estado atacar fisicamente o povo: foi D. Pedro I. Agora, Figueiredo retoma os hábitos do Imperador. (Págs. 8 e 15)

Figueiredo atacou o povão com porradas e pontapés

O que foi o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

(Pág. 10)

A extrema esquerda na Nicarágua

(Pág. 12 e 13)

Irã prepara resistência à intervenção dos EUA

(Pág. 16)

EM TEMPO Especial 32 páginas dia 20/12

as greves e a ditadura

O operário não arrisca a pele quando sabe que as chances de vitória são pequenas. É nesse sentido que se pode dizer que a greve dos metalúrgicos paulistas é o corolário das greves de 1979. Por um lado foram magríssimos, senão nulos (ou até negativos) os saldos dos ganhos salariais sobre a inflação. (O IBGE dá em média 3,3%). Por outro, aumenta o desemprego. Este quadro para o trabalhador é tão objetivo quanto as bombas da polícia. E na ausência de uma organização mais sólida não dá outra.

Põe-se então como necessidade a confluência de 2 fatores o salto político, a politização do movimento popular e o avanço organizativo do movimento reivindicatório. A política dando maior coesão aos movimentos isolados e a força dos movimentos isolados ganhando homens para a política.

É uma tarefa para todos. Para a CUT e para o PT especialmente. Os 3 milhões de trabalhadores que fizeram greve este ano terão aprendido que o movimento geral tem que ter como norte a derrubada do impicilho às conquistas salariais e melhoria de vida: a ditadura militar.

(Francisco Paulo Cipolla)

greve na polícia gaúcha

Na quarta-feira, dia 28, a Polícia Civil de Porto Alegre entrou em greve branca, solicitando um aumento salarial de 100 por cento. Significa que só serão presos os criminosos em flagrante delito, enquanto não forem atendidas as reivindicações.

O movimento foi organizado com as mesmas técnicas de uma greve qualquer, inclusive um manifesto assinado por um Comando Geral de Greve andou rodando pelas delegacias de polícia. Nele se lê a declaração dos objetivos do movimento: "Nós, um grupo de policiais unidos, resolvemos colocar em ação o pensamento da classe policial, já que até agora estamos sendo "saco de pancada" da campanha desenfreada contra a ação da polícia". Em um trecho destinado ao governador do Estado, os policiais solicitam "de imediato 100 por cento de aumento em nossos vencimentos".

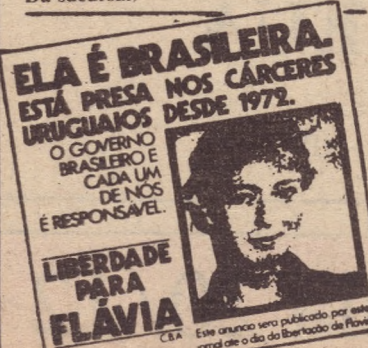
E para refrescar a memória do governador: "Lembre Sua Excia que nós sempre estivemos calados e coesos em apoio a V. Excia que sempre fomos nós que diante de manifestações públicas das outras classes, defendemos a segurança de Vosso Governo".

Terminamo manifesto com as seguintes palavras de ordem: "Por um natal digno de um cidadão policial; por uma sociedade mais voltada para o homem policial; para maior sensibilidade para os problemas da segurança; por melhores salários à classe policial".

Ao mesmo tempo que acontecia a greve branca, junto ao pátio do prédio central da Polícia Civil foram encontrados restos humanos enterrados.

Sábado acharam-se dois pés e uma perna. Segundo a polícia o fato deve-se a que um cahorro escava os restos no cemitério e os enterra no pátio da polícia. Só que para realizar essa proeza ele tem de praticamente atravessar a cidade.

Da sucursal)



as mulheres fazendo política

Mulheres que participam dos movimentos contra a carestia, por creches e das associações de bairros; a deputada Irma Passoni a vereadora de São Bernardo, Ivonne Soares; encontraram-se domingo dia 21 em São Bernardo para discutir a participação política da mulher, sua importância e suas dificuldades.

Por que as mulheres não participam da vida política? A resposta mais freqüente foi a de que é necessário conscientizar. As mulheres apontaram "o egoísmo", "a acomodação", "o medo", a sobrecarga de trabalho e muitas vezes a dificuldade de fazer os maridos aceitarem que elas saiam de casa.

Mas, segundo elas, "depois que entra na cabeça da gente que é importante fazer isto, a gente deixa o marido, deixa a casa suja e sai pra rua".

As mulheres no encontro de São Bernardo mais uma vez denunciaram a escandalosa inexistência de creches públicas. O Estado pretende construir uma nova capital, organiza corais monstros, mas dinheiro pra creche não há.

A vereadora Ivone Soares propôs a criação de um Fundo de creche com a participação das prefeituras, do Estado e do governo Federal, mais o financiamento das empresas para criar creches nos bairros cogeridas pela comunidade.

Mas o problema das creches vai mais longe. No próprio encontro não havia creche e as crianças ficaram fechadas no anfiteatro ou em salas enquanto as mães constantemente solicitadas pelos filhos não conseguiram participar tranquilamente.

Será que os pais não podiam ter ficado com os filhos no domingo? Será que é tão caro organizar uma



creche para os bebês e atividades para os mais velhos nas amplas instalações da prefeitura de São Bernardo. Boa vontade não é suficiente. As mulheres

precisam começar convencendo os maridos, a sociedade, os partidos, os militantes políticos de que elas não têm como única função social cuidar de seus filhos. É o conjunto da sociedade, quer dizer, cada um de nós, e não apenas um Estado distante, que temos que criar o espaço das crianças e obrigar este Estado distante, que não é nosso, a reconhecer nossa luta.

Houve tempo para falar de creches e também para contar. As mulheres esquecidas se viram nos "slides"

apresentados e por alguns momentos sentiram que não estão sozinhas.

Uma pergunta no entanto ficou no ar: "Por que a corda rebenta mais pro lado das mulheres?" Por que só elas cuidam dos filhos, porque trabalham fora e em casa também fazem tudo, por que são discriminadas nos trabalhos, porque não tem acesso aos cursos de profissionalização, por que sua sexualidade é ignorada, não conhecem os métodos contraceptivos e quando querem fazer aborto, último recurso que lhes resta, são tratadas como criminosas por essa mesma sociedade e esse mesmo estado que lhes negam condições humanas de vida.

(Elizabeth Lobo)

nove anos nos cárceres

Antonio Pinheiro Salles foi preso no dia 12 de dezembro de 1970 às 17 horas numa rua do bairro de Menino de Deus em Porto Alegre e éle mesmo se surpreende com os recursos da memória "para preservação daquilo que reputa como essencial". "Se, por acaso, sonder as profundidades desse tempo verifico que, sendo tão densas as trevas em determinados momentos, não mais consigo localizar muitos dos fatos cujas marcas ainda permanecem em minha carne".

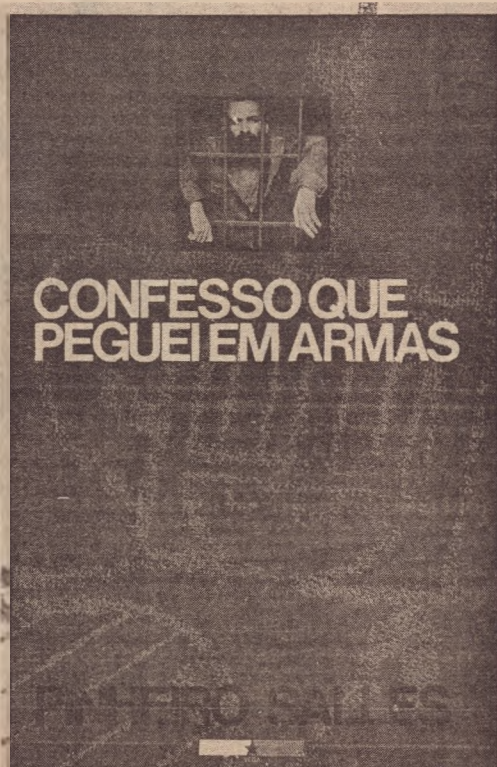
O seu livro - "confesso que peguei em armas", Ed. Vega, 1979 - é a narrativa do que viveu nesses quase 9 anos, embora esteja consciente, como ele mesmo diz, "que nenhuma boca humana poderia descrever o que sofri, presenciei ou soube ter acontecido a outros companheiros, especialmente no curso desses anos". No entanto o leitor não encontrará nenhuma auto-comiseração no seu depoimento. Há sim - e muito - o orgulho ao constatar o abismo que separa a estatura humana dos revolucionários da dos seus algozes.

Por suas páginas passam como heróis o delegado Pedro Seelig, o inspetor Nilo Havelha que se comprazia em urinar na cara dos presos, o major Átula e outros exemplos dos tipos humanos que ajudaram a edificar este país. Enquanto os rádios das delegacias tinham seus volumes elevados ao máximo para proteger o ouvido dos vizinhos, os homens de ouro do regime entravam em ação. Abençoados pela fotografia do presidente Médici, fixada para sempre nas retinas de Pinheiro, no meio das sessões de tortura que lhe mostraram na carne a verdadeira face do "milagre brasileiro".

Leia-se hoje os discursos empolados e grandiloquentes dos nossos chefes militares e compare-se com a prática dos seus agentes para ver aonde está sua dignidade perdida. Nesse pequeno livro está a crônica dos porões do regime, que começa a ser escrita pelos que os conheceram e sobreviveram para contar. Nós temos o dever de saber, por mais terrível que seja. Porque Pinheiro Salles não é nenhum desgostoso com a vida. Na mais horripilante das experiências - vivida sob silêncio enquanto a boa sociedade desfrutava as delícias da "paz social" e da TV a cores e sua imprensa exortava contra os horrores do comunismo - ele pode também aprender a força da solidariedade. Paulo, Dametto, Chagas, Angeli, Clayton e vários outros, estão entre seus companheiros de calabouço, revelando a outra face dessa miséria, a grandeza humilde de idealistas.

Evidentemente que há aí toda uma prática e concepção da luta política contra o regime capitalista que necessita ainda passar por uma profunda crítica. Mas nenhuma crítica empana o valor desses companheiros e de seus depoimentos. Como bem diz Luiz Eduardo Greenhalg na apresentação do livro, "Alguém tinha de gritar aos quatro cantos do país, que não é verdade que fossem terroristas. Eram, são e serão revolucionários. Os vivos e os mortos e os desaparecidos".

(Eder Sáder)



as mãos amarradas

Esvaziadas de suas funções maiores, como deliberar para onde vai o dinheiro público, as Câmaras Municipais, vez por outra, travam escaramuças com os onipotentes Executivos "bionicos". Na sexta-feira, 30 de novembro, a Câmara de Porto Alegre travou uma dessas batalhas, que adquiriu nítido significado político.

Utilizando sua maioria de dois terços, o MDB rejeitou o veto do prefeito "bionico" Guilherme Socias Villela ao projeto de lei do vereador Antonio Candido, o "Bagé", que dava o nome de Sargento Manoel Raimundo Soares a uma rua da cidade com o indicativo "Mártir da Resistência Democrática".

O prefeito Villela alegou que o processo que apurou a morte do Sargento Raimundo não concluiu pela culpabilidade de ninguém, julgando improcedente a denúncia, por falta de provas. A Câmara, porém, não levou muito em consideração as formalidades jurídicas apresentadas pelo prefeito e manteve sua decisão em cima dos acontecimentos que são bem conhecidos dos portoalegrenses. Em 1966, após ser preso pelo Dops e pelo Exército, o sargento Raimundo sumiu. Seu corpo foi encontrado posteriormente boiando no rio Guaíba com as mãos amarradas. Na defesa afirmou: "Nós não queríamos somente homenagear Raimundo Soares, mas também homenagear os 380 assassinados nesta negra e turva noite que que dura 15 anos." (Sucursal de Porto Alegre)

terroristas atacam de novo

Terça-feira passada, dia 27, o GAC - Grupo Anti-Comunista - reinou em Belo Horizonte. As 23:15 horas, uma bomba (provavelmente uma banana de dinamite, segundo avaliação dos peritos) explodiu debaixo da janela da sala de reuniões da União dos Trabalhadores do Ensino, estilhaçando as vidraças. Não houve vítimas, uma vez que os dez membros da entidade que estavam reunidos no local já haviam saído. No dia anterior, a diretoria da UTE-MG havia recebido um convite para comemorar a Intentona com a assinatura da TFP.

Na mesma noite, praticamente no mesmo horário, um outro explosivo atingiu a igreja de São Francisco das Chagas, local usualmente utilizado pelo Movimento Feminino pela Anistia para suas reuniões.

Enquanto isso, Dona Helena Grecco, conhecida personalidade do movimento pela anistia, recebia em casa um telefonema de uma pessoa que disse ser seu amigo e que lhe comunicou laconicamente: "Arrebentaram uma igreja. A coisa em São Paulo está preta. E a situação vai se agravar aí em Minas. É melhor que a senhora tome precauções".

Os membros da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas também receberiam um telefonema na mesma noite: "Estão explodindo a cidade e vocês vão ser premiados hoje". Ameaça que felizmente não se verificou até o momento.

Na porta da UTE, um FIAT de placa DB 9870, com três indivíduos dentro, estacionaram no local da explosão e inquiriram de maneira suspeita alguns vizinhos sobre o atentado, querendo saber se vizinhos teriam visto os seus autores. Apesar dos insistentes pedidos dos vizinhos no sentido de que os policiais chamados ao local inquirissem os estranhos eles se retiraram tranquilamente a seguir sem serem importunados.

Apenas de maio a setembro deste ano, 27 atentados ocorreram contra entidades e personalidades da oposição em Minas. Mas o GAC, ou MAC ou simplesmente CCC não têm com o que se preocupar: se depender das autoridades do Estado eles nunca serão importunados. Dois dos integrantes mais importantes do grupo já foram publicamente denunciados pelo ex-agente da repressão Nelson Sarmiento através do jornal EM TEMPO, nº 74, logo após o último atentado ocorrido ao jornal. São eles: Afonso de Araújo Paulino, dono do Jornal de Minas, e Luis Alberto Jansen. (Sucursal Belo Horizonte).

O «pacto social» ou a conspiração anti-operária Mais que nunca é preciso um PT

Diante da ofensiva da ditadura sobre o movimento de massas, as lideranças tem que articular rapidamente uma resposta, sob pena de, sem uma alternativa clara, os trabalhadores terem de optar entre as migalhas ofertadas ou a repressão.

Por Andreas Maia

O governo Figueiredo, alquimia resultante da fusão de um velado bonapartismo com um ostensivo e truculento prussianismo, com carta branca de toda a burguesia, prepara suas armadilhas contra os trabalhadores. Por sua vez, o movimento operário e popular com suas mobilizações massivas por meio de greves e paralizações vive novo momento de dificuldades.

Os reformistas, notadamente o PCB e as tendências de esquerda que se agrupam em torno dos despojos do stalinismo, preconizam a tática de sempre, isto é, seguir agarrado no traseiro dos operários — reduzindo o elemento consciente na luta de classes — e às frentes "populares" ou "democráticas" com facções da burguesia e dos liberais pequeno-burgueses como a única saída possível.

O que está na mão estendida

A "mão estendida" da abertura promovida pela ditadura sob o governo atual visa uma meta bem precisa. A revogação de certas leis de exceção, a anistia restrita, a reformulação partidária e a nova política de salários, não são apenas manobras demagógicas. Visam criar um "pacto social" capaz de desmobilizar o ascendente movimento democrático das massas e garantir uma hegemonia legitimada das instituições burguesas. Já que as soluções de força, adotadas até então segundo o modelo fascista, são inviáveis e desgastadas, trata-se de abrir o regime no rumo de uma democracia conservadora, elitista e reacionária, mas suficientemente elástica para incorporar uma "esquerda responsável". A possibilidade de integração da esquerda reformista é um fato bem real. Inexistem partidos burgueses representativos e os únicos setores capazes de credibilidade entre as massas são as organizações reformistas, no parlamento com os políticos sociais-democratas coligados com os liberais (o novo MDB "popular") e fora do parlamento por meio do reformismo operário, mais notadamente o PC e seu séquito de fiéis.

A particularidade desta situação política condena a política reformista de alianças democráticas com a burguesia nacional assim como a ingenuidade do ultra-esquerdismo que só enxerga a catástrofe eminente. Nem uma contra-revolução fascista e nem uma democratização substancial das instituições parecem ser as tendências do momento. A variante mais provável é a tentativa de consolidar uma democracia conservadora, havendo para isso um relativo consenso das Forças Armadas e das classes dominantes.

Mas médio prazo, a crise política endêmica do sistema só pode se acirrar. As instituições carecem de representatividade, a política burguesa está desmoralizada e o reformismo, apesar de ser um fenômeno ascendente na conjuntura, não é ainda uma direção reconhecida pelos trabalhadores.

Prá onde vai o movimento de massas

O movimento operário e popular, após um período de ascenso vitorioso em torno de suas reivindicações econômicas e democráticas, vem se defrontando com um conjunto de dificuldades, onde eventos bem sucedidos como a greve dos trabalhadores rurais de Pernambuco e o movimento dos operários siderúrgicos da Belgo-Mineira, em João Monlevade, constituem exceção. Se é verdade que



somente na luta a classe trabalhadora amadurece sua organização e consciência de classe, é também verdade que ao acumular derrotas e não conquistar vitórias parciais, pode-se iniciar um processo de desmobilização das massas, possibilitando o enquadramento do proletariado pela burguesia, quer seja pela via da integração, quer seja pela repressão. As últimas jornadas de lutas evidenciaram algumas lições importantes: a) o movimento operário espontâneo de massa é ainda um movimento subordinado ideologicamente à lógica do sistema capitalista, isto é, um movimento dos trabalhadores em vias de vender mais caro o trabalho ao capital, um movimento para "atenuar" a exploração capitalista; b) um endurecimento da burguesia e do governo para com as greves, reprimindo-as ostensivamente, vem se combinando com manobras de negociação, que ganham impacto na medida em que o reformismo no movimento operário vem atuando como fator de desmobilização e de fura-greves; c) a estrutura sindical atrelada é insuficiente para o desenvolvimento da greve de massas e seus desdobramentos políticos.

Estes fatores adversos não devem, sob hipótese alguma, levar a conclusões precipitadas de que "os operários não devem ir a greve" ou de que toda ação combativa do proletariado está condenada de antemão.

A luta de classes apresenta também elementos que reproduzem as condições em que ela pode se exacerbar e se transformar em revolucionária.

Em primeiro lugar, as possibilidades da burguesia e da ditadura de conter a luta de classes mediante seus projetos de "abertura" confrontam-se com as limitações em dar concessões econômicas importantes às massas, pois de fato vem se impondo maiores medidas de austeridade. E a crescente dificuldade de derrotar em escala global as mobilizações proletárias, geram uma forte tendência por parte das massas a ultrapassarem espontaneamente os limites corporativos das lutas econômicas.

Em segundo lugar um desenvolvimento embrionário, porém cada vez mais acentuado, vem ocorrendo em torno das formas de auto-organização e auto-gestão das lutas, como as comissões de fábrica e de empresa, o que possibilita pelas contradições que suscitam, uma independência de classe capaz de regenerar os sindicatos.

Em terceiro lugar, a experiência das lutas e greves

resultou na composição de uma nova camada de militantes operários de vanguarda, composta de ativistas de comissões de empresa, membros das oposições sindicais, sindicalistas "autênticos", etc. Em seu conjunto formam uma direção reconhecida da classe trabalhadora nos centros de produção. Apesar de serem multifacéticas as posições político-ideológicas em seu seio, esta vanguarda de dirigentes "naturais" da classe não só é cada vez mais autônoma perante os partidos burgueses, pequeno-burgueses e reformistas como também constitui espontaneamente uma frente única proletária em defesa dos interesses globais imediatos do proletariado.

A crise da vanguarda e o PT

A crise objetiva das relações de produção capitalistas abre a possibilidade de enfrentamentos periódicos entre a burguesia e o proletariado e de mudanças bruscas na situação política, onde uma

fase de acúmulo de forças pode evoluir rapidamente para uma conjuntura revolucionária. Se a classe trabalhadora conseguir neutralizar a atual investida patronal e se as tendências positivas do movimento de massas forem preservadas e aprofundadas pela vanguarda, a opção revolucionária anti-capitalista poderá se concretizar.

Mas a crise de direção revolucionária é evidente. O crescimento do movimento de massas ultrapassa o crescimento das organizações e tendências políticas que se reivindicam do socialismo revolucionário. Há inclusive um deslocamento das esquerdas em sentido inverso, ou seja, uma crescente gravitação em torno do reformismo stalinista e uma recaída no obscuro pântano político.

A única saída reside na ação consciente do proletariado e de sua vanguarda em torno de metas precisas.

A transformação dos sindicatos em instrumentos consistentes de luta de classes por meio das formas de auto-organização e autogestão das lutas, efetivando assim uma frente proletária contra os interesses de exploração do capital, é a base desta política.

Por cima, a defesa dos direitos e liberdades democráticas colocando a luta pela assembleia constituinte como meio de contrapor a soberania popular à ditadura e de colocar a necessidade de um governo de trabalhadores, responde à crise da ditadura.

E, como diretriz, o aprofundamento das reivindicações parciais e imediatas dos trabalhadores vinculando-as à luta anti-capitalista geral, destacando em particular o controle dos trabalhadores sobre a produção, abre caminho para transformações futuras.

Uma direção revolucionária só pode desenvolver-se nesta luta. E isto leva tempo. Nas condições atuais a luta por uma independência de classe passa sobretudo pela constituição de um partido operário de massas, independente de burguesia, o Partido dos Trabalhadores. Construir o PT fundamentado num programa classista e baseado no movimento de massas é a tarefa política mais importante do momento.

Notícias do PT

O Movimento pelo PT já tem dois parlamentares federais. Além de Edson Kahir, do ex-MDB carioca, na semana passada fez também sua declaração petista o federal Antonio Carlos de Oliveira, do ex-MDB do Mato Grosso do Sul. É pouco, mas como se dizia no Congresso, o PT foi o único partido que nos últimos dias cresceu 100%.

No plano parlamentar dos Estados, a situação ainda não é clara, mas há promessas. Enquanto isto, em São Paulo, não de todo fora do costume, a direção do Movimento resolveu adiar a sua reunião, anteriormente marcada para o próximo dia 8, quando se daria um lançamento público e formal da proposta PT.

Por outro lado, os núcleos reafirmam a realização da I Plenária Estadual de militantes do PT para o próximo dia 9, domingo. O horário está marcado para as 9 horas da

manhã e o local é: Rua Três Rios 123, perto da Estação Tiradentes do Metrô.

Ainda em São Paulo, na semana passada houve dois outros eventos do PT. Na quinta-feira, os bancários em pleno centro da capital, fizeram um ato público de lançamento do núcleo da categoria. E no sábado, em São Bernardo, deu-se a inauguração da sede do núcleo municipal na praça Lauro Gomes, reunindo várias lideranças do Movimento.

Em Fortaleza, na semana atrasada, uma plenária regional reorganizou o Movimento no Estado e elegeu seus dois representantes para a Comissão Nacional Provisória. Um deles é Francisco Alto, jornalista e liderança do Movimento Contra a Carestia. O outro ainda não especificado, será um representante da Pastoral da Terra do Ceará.

Quanto ao Rio de Janeiro, as notícias estão na página 4.

Nesse natal dê EM TEMPO de presente até para você mesmo!

1 assinatura = Cr\$ 800,00
2 assinaturas = Cr\$ 1.200,00
3 assinaturas = Cr\$ 1.500,00

Estou enviando o cheque nº do banco por assinaturas anuais, em nome da Editora Aparte S/A — Rua Mateus Grou 57 — CEP 05445 — São Paulo SP (Fones: 280-4759 e 853-6680). Em anexo, envie os dados abaixo referentes a cada assinante em separado —

Nome/profissão/endereço/(Rua/bairro/cidade/Estado/CEP)

E não perca o número especial de 20 de dezembro.
São 32 páginas contendo coisas incríveis!

PT carioca tem nova direção

No último dia 2 realizou-se a II Plenária do Movimento pelo PT no Rio de Janeiro.

Por Beatriz Lorner

Reunindo cerca de 500 pessoas, no DCE da UFF, em Niterói, realizou-se a II Plenária do Movimento pelo PT no Rio de Janeiro. Novamente foram sentidas as ausências de representantes da Comissão Nacional e do deputado Edson Khair — membro não só da nacional como da executiva regional provisória. Apesar disso, a reunião cumpriu todas suas tarefas, deliberando sobre várias questões importantes, como as campanhas políticas a serem desenvolvidas até fevereiro quando se realizará o Encontro Regional.

Na discussão das campanhas políticas, desde o início delimitaram-se duas grandes vertentes entre os participantes: aqueles que ao procurar marcar um caráter mais operário ao movimento restringiam eixos fundamentais das campanhas às lutas e os problemas estritamente dos trabalhadores; e aqueles que, com variações, preocupados com a constituição de uma aliança entre trabalhadores e demais setores populares — aí incluídos a pequena burguesia, camponeses e estudantes — defendiam campanhas políticas mais amplas e que atendessem também às reivindicações desses setores.

Como eixos de campanhas até fevereiro foram definidas: luta contra a carestia, contra a repressão ao movimento operário e popular, e pela liberdade de organização a partidos operários e populares, privilegiando aí, a luta pela liberdade de organização do PT. Ainda neste ponto foram discutidas formas concretas de intervenção, tal como apoio ao ato público da oposição dos rodoviários (dia 17, às 19 horas-Cinelândia); à reunião das oposições sindicais do Rio, dia 9; promoção de um ato contra a carestia; criação de um jornal do Movimento pelo PT; a feitura e venda de um poster para finanças, etc.

Nas questões organizativas, a estruturação do Movimento pelo PT ficou dada pelos núcleos, pelo Conselho de Coordenação Regional, órgão deliberativo entre as plenárias e formado por representação proporcional dos núcleos e a Executiva, com 15 pessoas eleitas pela plenária.

Inicialmente haviam duas propostas para sua eleição: eleger os 15 membros na plenária ou eleger oito na plenária e oito através dos núcleos num prazo de 25 dias. Essa questão, apesar de polarizar opiniões nos grupos em que se dividiu a plenária pela manhã, não chegou a ser sequer submetida à plenária final, pois seus defensores abriram mão dela em favor da eleição por chapas na plenária. Noutra questão, a eleição nominal ou por chapas, o plenário se dividiu, vencendo por pouca diferença a

proposta de eleição por chapa.

Na apresentação das chapas, a grosso modo apareceram as duas vertentes acima registradas, a primeira sendo hegemônica na chapa B e a segunda na chapa A. Mas o fato de ambas as chapas, (especialmente a A) menosprezarem, em sua composição a efetiva correlação de forças e setores sociais no Movimento pelo PT carioca, originou a formação de uma terceira chapa, de protesto, como foi definida por seu proponente, César Queiroz Benjamin, membro da Comissão preparadora da plenária, para quem ali se estava assistindo um triste espetáculo de política burguesa. César, apesar de ter seu nome indicado em ambas as chapas, apresentou uma terceira cujo critério-base era o de representatividade junto às nucleações, e ao movi-

mento social e alertava para o grave risco de se obter ali uma vitória de Pirro, uma vitória baseada apenas numa maioria eventual na plenária e que não refletisse a composição social do Movimento no Rio.

Ao final, foi vencedora a chapa A. Na Executiva do Movimento pelo PT no Rio de Janeiro, ficaram os companheiros: **Sidney Lianza**, engenheiro, **José Eudes**, deputado estadual; **Gilson Thomaz de Aquino**, **Maria Inês Pereira** (escolhidos como representantes do Rio na Comissão Nacional), **Guimarães**, **Antonio Cláudio Costa**, **Washington**, metalúrgico do Rio; **Nivaldo**, da oposição sindical metalúrgica de Niterói; **Ventura**, da oposição sindical metalúrgica de Volta Redonda; **Toninho**, **Paulo**

Faria, ambos do movimento de bairros de Niterói e Nova Iguaçu; **Jorge Ricardo Gonçalves**, **Eurico Natal**, do núcleo de Caxias; **Godofredo da Silva Pinto**, professor, presidente da CEP; **Hildézia Alves de Medeiros**, também da direção da CEP e **César Queiroz Benjamin**.

Como saldo, ao lado de alguns pontos positivos, como a definição das campanhas e da Executiva e o reconhecimento da necessidade do Movimento se jogar para fora, intervir na realidade, surgem alguns pontos negativos. Pois tanto as manifestações de sectarismo quanto de aparelhismo podem servir para impedir que o movimento se consolide e possa se implantar forte e arraigadamente entre a classe operária carioca.

O sucedâneo "gaúcho"

Por Raul Pont

Qual o motivo do surgimento do PTB e do PMDB? O problema foi só em torno da sigla?, perguntou um jornalista ao senador Pedro Simon em sua tão esperada entrevista coletiva para o lançamento oficial do sucedâneo emedebista no Rio Grande do Sul, na última segunda-feira, dia 3 de dezembro.

"É triste, mas verdade", respondeu lacônicamente o senador gaúcho.

A resposta é um elemento indicador da indigência política e programática da esperada coletiva. Quem foi buscar definições e propostas claras de encaminhamento da nova articulação, frustrou-se.

A entrevista do senador Simon manteve a tônica de suas últimas declarações, ou seja, as generalidades e os apelos a unidade oposicionista. Do ponto de vista orgânico, também não houve nenhum avanço.

"Por que não realizamos uma Convenção?", perguntou o senador. "Hoje nosso papel é não acirrar os amigos de nossos irmãos, mas combatermos esse governo que está aí", foi a resposta.

Com a reforma partidária imposta pelo regime militar, a organização pelas bases, dos novos partidos, certamente não será a principal preocupação dos atuais dirigentes emedebistas. Os atuais deputados que controlam o MDB, com a reformulação "por cima", manterão o sucedâneo sob o mesmo controle.

Mas essa questão começará a ser esclarecida ainda esta semana, no dia 9, quando os setores mais comprometidos com as bases reunem-se em mais um Encontro das Oposições Populares.

Enquanto o senador Pedro Simon lança, dessa forma, o sucedâneo do MDB no Rio Grande do Sul, algumas de suas correntes internas: a

"oposição popular", os defensores da "frente popular" e os deputados integrados no novo projeto, organizam mais um "Encontro das Oposições Populares". Após Vila Bethânia, em julho, e o Encontro de Caxias do Sul, realizado em outubro, os articuladores do movimento promovem no próximo domingo, dia 9, novo Encontro, mais pretencioso que os anteriores, no plenário da Assembléia Legislativa.

"O Encontro", diz a convocação, "adquire dupla importância. Primeiro: o quadro político institucional já estará definido, o que permitirá um debate concreto sobre as alternativas das oposições populares. Segundo: é a primeira reunião que visa ser de âmbito estadual, no qual, companheiros de todas as regiões do Estado, estarão trocando experiências num debate aberto em busca de soluções e de melhores dias para nosso povo."

Junto com a convocação, os organizadores do Encontro do dia 9 de dezembro estão distribuindo às bases oposicionistas os textos aprovados em Vila Bethânia e Caxias do Sul e a capa do folheto busca exprimir o caráter da próxima reunião: "... não são propostas acabadas e nem pretendem encerrar um programa definitivo...", "...partem para formas de organização não artificiais e para alianças soldadas na prática..."

EM TEMPO ouviu alguns dos organizadores do Encontro, procurando precisar suas avaliações e perspectivas sobre a reorganização partidária das oposições.

O deputado Antenor Ferrari, um dos principais defensores no Estado da manutenção emedebista, afirmou: "O MDB/RS há muito já propunha a depuração do MDB e a reforma partidária veio contribuir com essa depuração na medida em que os setores adesistas, chaguistas, a linha Tancredo, já foram para

outras agremiações. O sucedâneo, ao meu ver, continuará com um caráter de frente, se bem que uma frente mais estreita, que vai possibilitar um avanço na prática política partidária. Esse avanço ainda não vai refletir um programa partidário que desça a graus maiores de homogeneidade programática".

Para o advogado Tarso Genro, um dos líderes da "Oposição Popular", e organizador dos atuais Encontros, "o caráter do sucedâneo não será nem de uma "frente democrática", nem de uma "frente popular". A primeira porque está aquém das necessidades da conjuntura, a segunda porque somente é viável sob hegemonia da classe operária, o que não ocorre hoje".

Para Tarso Genro, que entende que a articulação trabalhista no Estado está nitidamente à direita do sucedâneo, o caráter do Encontro Estadual das Oposições vem de uma necessária distinção:

Diferenciação dos que defendem a formação de um partido a partir de decisões de cúpula. O sucedâneo do MDB, de acordo com esses setores, deve avançar em dois sentidos, para caracterizar-se como um avanço unitário da oposição: uma melhor definição da questão da terra e uma definição mais clara e mais lúcida a respeito do imperialismo e das formas de controle popular sobre o processo produtivo. O sucedâneo, é evidente, será uma frente, como qualquer organização politizada. Mas será uma frente com uma qualidade superior a que teve o MDB, não só por ter um programa mais avançado, mas também porque está se depurando dos aliados indiretos do regime como Tancredo e Chagas Freitas. Ao tentar definir alguns pontos programáticos fundamentais, o Encontro das Oposições Populares, diferenciando-se, busca a unidade, a partir das manifesta-

ções de vários setores comprometidos com as lutas populares e unido-se aos parlamentares que tem demonstrado, na sua trajetória política, seus compromissos com estas lutas".

José Clóvis, professor secundarista, e membro da Coordenação Regional Provisória do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, declarou a EM TEMPO que o "Encontro das Oposições Populares" foi um dos assuntos debatidos na reunião semanal das sextas-feiras da Coordenação Regional do Movimento pelo PT.

"Deliberamos, por unanimidade, participar do Encontro das Oposições Populares e estamos convocando todos os membros do Movimento pelo PT para estarem presentes na Assembléia Legislativa. Nossa intervenção, entretanto, será muito clara e definida. Iremos lá para reafirmar a organização do Partido dos Trabalhadores, para ratificarmos o manifesto público lançado pela Executiva Nacional Provisória no último dia 23 de novembro. Do ponto de vista orgânico, portanto, estaremos lá defendendo e propagando o Movimento pelo PT. Não fechamos a porta, com isso, para a ação comum com as demais correntes oposicionistas. Ao contrário, tomaremos inclusive a iniciativa de levar no Encontro propostas concretas de ação comum contra o regime e suas reformas parciais. O que deixaremos bem claro é que o Movimento Pró-PT não se propõe a integrar nenhuma frente orgânica com os litos "setores populares" ou diluir-se no sucedâneo do MDB. E concluiu, "vamos preservar e defender a ação comum das oposições, mas achamos que isso deve ser feito sem abrimos mão da organização autônoma e independente dos trabalhadores".

ERRATA

Devido a falhas técnicas lamentáveis em nossos serviços gráficos, as duas últimas edições do EM TEMPO apresentaram inversões de créditos em algumas matérias.

- Na edição nº 90, pág. 6, a opinião creditada ao deputado Almir Pazianoto é de autoria do recém falecido líder do PC do B Diógenes Arruda.

- Na edição nº 92, pág. 4, a matéria sob o título "A democracia blindada do general Figueiredo" é de autoria de Eder Sader.

- Nesta mesma edição, pág. 7, a matéria sob o título "A verdade sobre as greves" é reprodução de trechos de documento da Pastoral Operária de São Paulo, e o crédito a Elvira de Oliveira refere-se à matéria intitulada "Aper-tar os cintos, uma proposta antiga" na pág. 9.

Mulheres

É isso aí Zuleika

Por Maria Moraes

ressaltado a importância da luta pelas liberdades democráticas, ter declarado que "a luta da mulher por sua emancipação cabe essencialmente ao movimento feminista do país" e que "o Brasil precisa de um movimento feminista, de caráter democrático e autônomo, aberto a todas as mulheres, independentemente da classe a que pertençam, não sendo de modo algum apêndice de partidos políticos ou de correntes religiosas e filosóficas, em relação às quais ele deverá gozar de ampla autonomia". Sem se dizer que Zuleika demonstrou a necessidade do combate à discriminação e opressão de que as mulheres são vítimas dentro das próprias organizações políticas.

Congratulado-se com a maturidade das feministas brasileiras ela afirmou que "é importante saber bem que segundo a classe social a que pertencemos se formará também a hierarquia de nossas necessidades, o que é prioritário agora para uma mulher da burguesia ou da

pequena-burguesia como, por exemplo, ser dona do próprio corpo, embora também seja importante para uma operária poder estar no segundo ou terceiro plano de suas necessidades imediatas, que podem ser creches para deixar seus filhos enquanto trabalho".

As organizações feministas, acentuou, deverão ser sensíveis ao leque de reivindicações específicas que começam pelo trabalho, passam pela família, desembocam na sociedade em geral; vida política, social e econômica e vão até as relações humanas com a outra parte da humanidade: nossa relação com os homens.

Paciente frente às intempestivas intervenções de um idoso cidadão, Zuleika reconheceu que se trata de uma questão espinhosa, difícil, que balança o coreto da gente", pois coloca em xeque problemas de moral. Estas coisas incomodam a vocês, dizia a seus companheiros de militância política, como me incomodavam antes. Mas não estou mais nessa: o novo é impulsivo

vo impaciente e radical em sua ousadia e não podemos responder a este radicalismo agitando idéias esclerosadas, formas superadas de atividades.

Ressaltou a importância de enfrentarmos agora a questão do trabalho doméstico pois "não vai haver democracia no país, não pode haver democracia no país enquanto metade da população está somente lavando roupa e cuidando dos filhos". E este é um problema do aqui e agora, tem de ser resolvido dentro de casa porque para dividir o trabalho doméstico não precisa de revolução socialista, completou, ironizando a resistência de muitos companheiros a discutir esta questão pois "eles acham que é feito lavar um paninho que seja..."

E foi a resistência deste companheiros que - com indistigível paternalismo, expresso em frases do gênero "precisamos descer às massas", "garantem que as massas não são capazes de compreender problemas mais complexos afora as reivindicações ligadas às condições materiais de existência - impediu o aprofundamento do debate sobre a questão da mulher.

O machismo é uma forma de ideologia. Assim, não basta a existência de leis que impeçam a discriminação das mulheres, é preciso lutar também contra os costumes e idéias retrógradas. E a mulher, para conquistar sua completa emancipação necessita de duas garantias: mudança na sua própria "cuca" e resolução da questão do trabalho doméstico", declarou Zuleika Alambert, no acirrado debate que se seguiu à sua exposição sobre o tema **Mulher e Democracia**, no último dia 4 em São Paulo.

Em uma das salas - lotada - do Teatro Ruth Escobar, Zuleika Alambert, membro do Comitê Central do PCB, vivamente aplaudida pela maioria do público, enfrentou a resistência dos simpatizantes daquilo que (com muita boa vontade) poderíamos chamar de linha "conservadora" do movimento comunista, na noite de terça-feira. Os representantes das "ortodoxia" cabocla demonstraram, ademais certa dificuldade em respeitar - e em escutar - pontos de vista divergentes.

O que teve a exposição de tão polêmico? O fato de Zuleika, após ter recordado que as mulheres foram as primeiras a empunhar a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita e

Metalúrgicos/SP

Joaquim, o Poderoso Chefão

Metalúrgicos de São Paulo, reunidos em Assembléia Geral, na sede do Sindicato, foram, de novo, vítimas do gangsterismo da diretoria do Sindicato, que patrocinou uma tremenda pancadaria, tentando impedir que os Comandos (organizados desde a campanha salarial) fossem representados.

Por Robinson Avres

O gangsterismo sindical praticado pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, não fica nenhum milímetro distante do melhor estilo do Sindicalismo norte-americano. Joaquim dos Santos Andrade, administra o Sindicato da categoria como se fosse um poderoso chefe. As divergências são tratadas a pancada. Para isto ele se serve de um grande número de empregados do Sindicato, zelosos servidores de «El Capo», que se não têm consciência de mais nada, pelo menos percebem que a manutenção de seus privilégios burocráticos dependem da sobrevivência dos «Joaquins», do sindicalismo pelégo. E nesta teta que eles mamam. Fraudes, golpes (como o dado à greve dos metalúrgicos no ano passado) e violência são os elementos de sua política contra as exigências de participação sindical e organização democrática dos metalúrgicos. Já usou os serviços de capoeiristas para impedir que metalúrgicos da Oposição tivessem acesso à sede do Sindicato, um membro da Oposição já foi agredido a faca em uma assembléia geral.

Os exemplos são muitos e o mais recente o da assembléia de encerramento da greve, quando o funcionário «Pernambuco» tentou, com uma barra de ferro, agredir trabalhadores.

Os 800 metalúrgicos que compareceram à assembléia geral de avaliação da última greve da categoria, em São Paulo, assistiram e foram vítimas do tumulto e pancadaria promovidos pela diretoria do Sindicato que tentou, utilizando estes recursos, impedir que os comandos, organizados durante o movimento, se expressassem.

Convocados pela assembléia que encerrou a greve, no dia 8 de novembro, os trabalhadores se reuniram no auditório do Sindicato, na rua do Carmo, às 19 horas do dia 30.

Logo que a greve foi encerrada, Joaquinão, presidente do Sindicato, passou a afirmar que «os comandos não existem e no dia 30 vamos colocar ordem na casa». Alguma coisa estava tramando. No início da assembléia, o cordão de isolamento montado à frente da mesa que dirigia os trabalhos e alguns elementos ligados à diretoria, espalhados entre os participantes da assembléia, demonstravam sua impaciência e já começavam a fazer provocações e ensaiar agressões — controlados com alguma dificuldade — sem mesmo esperar a voz de seu comando, a diretoria do Sindicato.

Tudo começou quando o Comando Geral encaminhou à assembléia a proposta de que falassem um orador por Comando Regional e que,



Depois do pau: a assembléia do Joaquim

Pereirinha, presidente da Comissão de Negociação, fizesse parte da Mesa. Neste momento o presidente do Sindicato: «Estes famosos comandos não existem. Nós não reconhecemos comando. Ou se reconhece a autoridade de mesa ou...» A assembléia explode: «Votação! Votação! Votação!».

Pontapés, socos e gravatas

«Eu não vou colocar em votação», continua Joaquim. Perguntado porque, pela assembléia: «Porque não, porque não quero!»

Foi o bastante. Era o «atacar» que o seu exército, quase não conseguiu esperar. Joaquim senta-se numa cadeira afastada da mesa, no fundo do proscênio, enquanto seus capangas avançavam sobre os membros dos comandos e da oposição sindical que estavam concentrados na frente, no lado direito do auditório. Foram 15 minutos gangsterismo: pontapés, socos, puxões de cabelo, gravatas, pulos, gritos, corre-corre, cadeiras quebradas; e as vítimas defendendo-se como fosse possível. Joaquim sentado assistindo. Na portaria, funcionários do Sindicato continuavam o trabalho que estavam fazendo desde as 19:30 horas. Barravam a entrada dos metalúrgicos, mesmo quando associados com mensalidade em dia, sob o simples «não entra mais ninguém». Não queriam casa cheia.

No meio do tumulto, Pereirinha conseguiu com alguma dificuldade alcançar o microfone, ao lado da mesa. Também no meio do tumulto e aproveitando-se dele, Hilário (o Bigode), ex-candidato a presidente do sindicato pela chapa 2, em 1978, agrediu Pereirinha, empurrando-o. Já na mesa, Pereirinha volta a ser agredido.

O Sr. José Vicente, esquecendo-se que desligado, microfone não funciona, aos gritos de «não vai falar de jeito nenhum» escapando ao controle de alguns de seus comparsas menos descontrolados, avançou sobre Pereirinha quebrando ao meio o microfone que estava em sua mão. Ameaçou cadeirada, foi controlado. Eram 20:15 horas, Joaquim encerrou a assembléia.

«Acende a luz Malvezzi»

Diante da posição da diretoria e afirmando que «só nós trabalhadores temos autoridade para dissolver a assembléia», o CG propõe uma nova mesa (1 representante por Comando) para dirigi-la. Aos gritos de «viva o Comando», a proposta é aprovada. Mas as tentativas da diretoria para impedir que a assembléia continuasse não tinham parado. As luzes são apagadas. Do meio dos trabalhadores um grito: «acende a luz, Malvezzi (diretor do Sindicato)». As luzes são reacendidas. Pereirinha assume a palavra em nome do CG: «Em nome do CG eu proponho um minuto de silêncio em sinal de repúdio a esta atitude selvagem da diretoria e de seus capangas. Proponho que, na medida em que não temos condições de realizar as discussões que pretendíamos, a assembléia dê um voto de confiança ao CG e aprove o balanço que estamos apresentando (ver matéria abaixo). Proponho que, por não termos condições de continuar a assembléia, que ela seja encerrada e marquemos outra para o dia 15 de janeiro, aqui no Sindicato». Aprovado.

Neste momento, Hilário (o Bigode) sobe na

Mesa e tenta, historicamente falar alguma coisa. Os gritos ensurdecedores de «Abaixo a Reforma» não permitem que seja ouvido. Terminado o vão esforço, desce transfigurado e recebe o consolo de elementos da diretoria que, gesto carinhoso, passam a mão em sua cabeça tentando acalmá-lo. Os metalúrgicos se retiram gritando «Trabalhador Unido jamais será vencido», «Abaixo o peleguismo».

Lá fora, na porta do sindicato, os metalúrgicos improvisam um comício: «companheiros, estão vendendo um jornal aqui que se chama Hora do Povo, mas seu nome deveria ser Hora da Burguesia...» E ateiam fogo a um exemplar. Lamentável consequência do sectarismo com que HP vem tratando a avaliação da campanha salarial e da greve dos metalúrgicos de São Paulo.

Enquanto isto, no auditório, com a presença de pouco mais de 50 trabalhadores, Joaquim faz a sua assembléia. Aprova a realização de uma assembléia em Janeiro (só participarão associados em dia com a mensalidade) e a elaboração de um documento dando a versão dos fatos ocorridos na assembléia, a ser elaborado pela diretoria. Para ganhar tempo é feita uma proposta para que todos os presentes assinassem um papel em branco, que seria anexado ao documento como expressão de adesão daquela «assembléia»; Hilário (o Bigode) novamente não vacila, assina.

Os deploráveis acontecimentos da assembléia geral demonstraram que os pelegos concluíram que a simples tentativa de adaptação aos novos tempos, expressa em um discurso aparentemente próximo dos interesses dos trabalhadores e uma maior «abertura» sindical, já não é suficiente para lhes garantir uma sobrevivência à frente dos sindicatos. Os trabalhadores teimam em defender sua organização autônoma, liberdade sindical e lutar por sua auto-organização. Os comandos são a bandeira. Os pelegos também tem consciência de que para desmobilizar e desorganizar os trabalhadores apenas medidas «militares» (pancadaria) não resolvem. Na segunda-feira, 3 de dezembro, quando os operários chegavam, de madrugada, às fábricas encontraram espalhados em frente das empresas um boletim assinado por Oposição Sindical Metalúrgica, que usando o logotipo «Luta Sindical» (órgão oficial da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo) acusava membros da oposição de terem recebido remuneração de multinacionais e órgãos de imprensa para que defendessem a continuidade da greve a qualquer preço. O raciocínio dos responsáveis pelo boletim é simples: «Calunie, alguma coisa sempre fica»

As conquistas de uma campanha

Sob o título «Balanço da Greve», o Comando Geral da Greve dos metalúrgicos de São Paulo acaba de lançar documento com sua avaliação da recente campanha salarial da categoria. Aqui, o texto na íntegra.

Durante toda a campanha salarial, sabíamos que era grande a luta que iríamos travar, tomando por base 2 pontos principais:

1) O descrédito da categoria com a diretoria do sindicato, por toda sua prática de traição e, principalmente, pela derrota que nos impôs no ano passado ao nos traír aliando-se uma vez mais aos patrões, abandonando a categoria a sua própria sorte, com um grande número de desemprego que prejudicou em muito a nossa organização dentro das fábricas.

2) A nova política salarial do governo, tentando de uma maneira disfarçada dar continuidade à política de arrocho salarial, cujo grande teste seria com a movimentação dos metalúrgicos, pois, sendo esta a categoria mais numerosa, a derrota ou vitória de nossa luta refletiria na luta das demais categorias. Sentindo-se reforçados pela nova política salarial, os patrões encontraram o elemento de unidade que lhes faltava, recebendo apoio além das forças governamentais, dos conciliadores e pelegos. E ficou claro, quando os companheiros da Tecnoforja fizeram um acordo com a empresa e conseguiram estabilidade para a comissão e para todos os companheiros, o governo interviu desfazendo o acordo e os patrões desaconselharam a empresa e tudo ficou desfeito.

Dentro desse quadro geral, procurou-se, numa atuação conjunta das oposições atuantes dentro do sindicato, através dos comandos, uma linha de organização de nosso movimento; das quais destacam-se as seguintes:

a) Reunidos por fábricas ou conjuntos de fábricas onde se discutia amplamente o encaminhamento

da Campanha Salarial, os objetivos a serem conquistados e as formas de organização;

b) Aprovar em Assembléia o aluguel de 5 sub-sedes (Norte, Sul, Leste, Oeste, Sudeste) para uma maior participação dos companheiros das fábricas, fazendo assim crescer o nível de organização dos metalúrgicos nesses setores e ficando sob o controle e responsabilidade dos companheiros o direcionamento e organização da luta.

c) Realização de Assembléias setoriais que preparavam as decisões da Assembléia Geral.

d) Eleição de uma Comissão de Mobilização, da qual saíram mais 3 comissões: Negociação, Redação e Contato, o que impediu que a diretoria do sindicato traísse nas negociações ou soltasse boletins com informações falsas.

e) Aprovação em Assembléia, dos Comandos Regionais e do Comando Geral, formados por trabalhadores para garantir a combatividade, organização e honestidade no direcionamento da greve. A composição dos comandos era a seguinte: 10 metalúrgicos do comando e 10 metalúrgicos suplentes mais os diretores sindicais da região.

Com a decretação da greve tivemos de imediato a resposta do governo, colocando a ação policial em defesa dos patrões, e no próprio dia 28 foram feitas mais de 120 prisões, as sub-sedes foram invadidas, procurando assim atingir diretamente os comandos onde estava centralizado o direcionamento de nossa greve. Mas a crise econômica e política que atravessa o país, com o grande aumento do custo de vida, causado pela dívida externa, o domínio das multinacionais e os baixos salários, foi um dos fatores determinantes para que a greve fosse bem

aceita pela categoria, tanto que os piquetes tinham o forte de sua atuação como elemento de conscientização e apoio. A repressão policial foi crescendo até o assassinato do companheiro Santo, quando houve um grande ato de repúdio à ação policial, que mobilizou as mais diversas categorias e segmentos sociais, concretizando a aliança entre o MO e o MP, o que provocou um recuo da ação policial, ocasião em que a greve, com os piquetes tendo liberdade de ação, no dia 5, atingiu seu maior índice de paralisação, surgindo então os conhecidos «Piquetes» com até 10.000 pessoas. Durante toda a greve foram mobilizados mais de 230.000 metalúrgicos, sendo que pelo menos 60.000 destes companheiros foram aos comandos participar de reuniões ou Assembléias que eram realizadas diariamente. A partir do dia 6/11 a ação policial retomou as ruas dobrando sua violência usando de todos os meios para nos atingir e terminar nossa greve.

Saldo positivo

1) Houve uma conquista econômica, embora parcial, fazendo os patrões aumentarem os índices oferecidos de 56% (1ª proposta) até 67%, devido à mobilização da classe para a luta, antes da greve, e uma derrota da proposta da unidade sindical de 50% e um mínimo de Cr\$ 3.000,00.

2) Nossa maior vitória foi no terreno político, ao ser travado a luta contra o arrocho salarial imposto pelo governo, contra o aumento do custo de vida, conquistando com isso um maior espaço de luta.

3) Participação de muitos companheiros novos.

surgimento de lideranças naturais dentro das fábricas, que assumiram e entenderam essa greve como uma luta da classe operária contra outra classe que é os patrões e seu governo.

4) A direção da greve ficou nas mãos dos trabalhadores através dos Comandos Regionais o que impediu que a diretoria traísse a categoria, e que ela se posicionasse publicamente contra a greve.

5) O teste e aprovação na prática de novas formas de lutas como os piquetes e greve nas ruas.

6) A conquista das sub-sedes, para organizar a categoria.

7) Desmascaramento da «abertura» governamental, do papel da polícia, da justiça, das grandes cadeias de jornais e TV, ficando claro que eles estão ao lado dos patrões.

8) União das oposições atuantes no sindicato, através da atuação dos comandos.

9) A categoria ter voltado ao trabalho com a moral alta.

10) Conquista do apoio dos setores populares e democráticos da sociedade, as lutas da classe operária, tais como Igreja, Mov. C. C., Clube de Mães, M.E., A.P.S., C.B.A., O.A.B., imprensa alternativa, Mov. por Creche, Mov. favelados e organização dos Comandos de apoio.

11) Nossa luta se soma ao conjunto do movimento grevista do país, fortalecendo a luta da classe operária.

12) Recuperação parcial da imagem do Sindicato, pela confiança na direção dos Comandos e da ação dos piquetes, como pela derrota dos pelegos e dos adesistas em todas as Assembléias, desde a 1ª até a última.



Luta dos favelados na Zona Leste

Todas favelas tem de se unir para exigir do Prefeito. Eu queria saber se favelado é cachorro para não ser tratado como cidadão. Um operário, com o nome igual ao meu, morreu nas mãos da polícia, porque lutava pelos nossos direitos. Esta luta continua, vamos nos unir, lutar mais, juntos". Com essas palavras, Santo Mendes Teixeira, metalúrgico, morador da favela Nossa Senhora Aparecida, dava início à reunião do Movimento de União dos Moradores das Favelas da Zona Leste, no domingo, 2, na Igreja Matriz de São Miguel Paulista.

Perto de 1 200 moradores, das 36 favelas da Zona Leste, criticaram o Plano de Urbanização, apresentado pela Prefeitura, como resposta às pressões dos movimentos de favelados em busca de melhores condições de moradia, e legalização para suas propriedades. Esse protesto já era expressado, também pelo boletim n.º 1 do Movimento, onde os favelados denunciavam que das 964 favelas da capital, apenas 36 serão atingidas pelo plano paternalista da Prefeitura.

No final da assembléia foi aprovado a elaboração de um abaixo assinado dirigido ao Prefeito Municipal, Reinaldo de Barros, onde são apresentadas algumas reivindicações como a instalação de um cavalete de água e um relógio de luz para cada moradia, o direito de propriedade da terra em que moram através da emissão de escrituras de propriedade, creches em cada favela.

Por outro lado, além de mostrar a disposição dos favelados em aprofundar sua luta, evidenciou a necessidade de uma unificação dos favelados de todas as regiões de São Paulo, onde estão surgindo novas associações. É o caso, por exemplo, da Favela de Manuel Asson, em Vila Ré e a de Tijuco Preto, no Jardim Camargo Novo, onde vivem 12 mil pessoas.

Agora, o movimento na Zona Leste reflui para as discussões em cada favela, intensificando-se o processo de organização. No dia 13, no entanto, haverá nova reunião, agora com delegados tirados em cada favela para discutirem a continuidade do movimento.

Ignácio Hernandez,



Curiango (pássaro desajeitado e misterioso que sai de noite) tem muito a dizer sobre o movimento operário mineiro dos últimos onze anos. Participou da greve de Contagem de 68, e da greve desse ano. Foi Padre, tornou-se leigo e se casou. Está na lista negra das fábricas de BH e na comissão estadual do PT — saiba porque, lendo o seu livro, "Memória Operária".

Porto Alegre Justiça veta conquista

Depois de realizarem greves gerais, três categorias profissionais vêem agora

suas conquistas serem embargadas pela Justiça do Trabalho, no Rio Grande do Sul. Nas últimas duas semanas os Tribunais Regional e Superior do trabalho julgaram os dissídios dos bancários de Porto Alegre, dos trabalhadores na indústria do vestuário e dos vigilantes.

Os bancários, que sofreram a inter-

venção em seu sindicato no decorrer da greve, tiveram o aumento salarial majorado de acordo com índices conquistados pelo interior do Estado. Nada foi dito ou julgado, quanto às demissões em massa, que ocorreram logo após o término da greve.

Os trabalhadores do vestuário, que realizavam uma greve de uma semana, atingindo a quase totalidade da categoria, tem agora suas vitórias suspensas pois as maiores fábricas simplesmente não pagam o aumento. E o não respeito ao acordo conseguido na greve está sendo acobertado pela Justiça do Trabalho, pois o Tribunal tem evitado julgar o acordo, dando assim aos patrões tempo para lançar sua ofensiva de desgaste contra o sindicato e a categoria, demitindo os operários mais ativos e promovendo um debate surdo contra a entidade.

Porém, o fato mais sintomático da ação da Justiça foi o julgamento do dissídio dos vigilantes pelo TST. Depois de aprovadas pelo TRT as reivindicações da categoria, os patrões entraram com um recurso solicitando efeito suspensivo das vantagens conquistadas pela categoria. Na semana passada, dia 30, o juiz ministro do TST, João Lima Teixeira, atendeu ao requerimento dos patrões. A decisão definitiva sobre o dissídio só será dada em fevereiro, quando se reunirá o Plano do TST e até lá perdurará o efeito suspensivo. Mas com os argumentos dados pelo juiz, pouco poderá se esperar das decisões.

Professores/BH Realizam IIº Congresso

Tendo promovido uma das maiores e mais combativas mobilizações grevistas de 1979, que durou 40 dias atingindo 400 cidades do Estado — os professores mineiros não deixaram de avançar no seu processo de organização; nos dias 1 e 2 de dezembro eles promoveram o segundo Congresso da UTE — União dos Trabalhadores do Ensino, entidade que conta hoje com aproximadamente 5 mil sócios, e estrutura em 35 municípios.

No congresso, os mestres decidiram marcar eleições, em março de 1980, para a diretoria da entidade, cujo mandato terá a duração de dois anos. Elas ocorrerão num momento importante para o professorado de Minas Gerais, pois coincidirá com sua campanha salarial.

Os delegados do Congresso da UTE, que resolveram promover uma discussão junto às bases para a elaboração de uma "Carta dos Direitos do Professor"

decidiram, ainda, no Congresso, pressionar o governador do Estado para que sancione o projeto, já aprovado pela Assembléia Legislativa, efetivando cerca de 70 mil professores contratados.

Bancários/BH Intimidação Policial

Três bancários, integrantes da oposição sindical bancária de Belo Horizonte foram intimados pela Polícia Federal para explicar sua participação na greve de agosto deste ano. E da discussão com os "homens", eles saíram praticamente com uma certeza: a diretoria "biônica" do sindicato, nomeada para substituir a diretoria eleita, afastada pelo Ministério do Trabalho, deve estar dando uma "mãozinha" para os federais, a julgar pelo tipo de perguntas feitas por eles.

Os bancários de Belo Horizonte, entretanto, não estão às voltas apenas com as perseguições policiais, o afastamento de seus dirigentes e a intervenção no sindicato; também, são obrigados a enfrentar a onda de demissões, promovida principalmente pelos bancos Mercantil, Progresso, Real, Bradesco e Banco Estadual de Minas Gerais.

Bancários/SP Mostram a Arte

Os bancários de São Paulo estão querendo mostrar que não estão a fim de passar a vida apenas contando dinheiro, olhando conta-corrente ou perfurando cartões na compensação. Por isso, eles organizaram, no período de 7 a 16 de dezembro, a primeira Mostra Bancária de Arte. Do dia sete a 14, a literatura e as artes plásticas terão vez. Já na sede do sindicato (São Bento, 365 — 20.º andar); de 10 a 14, eles promoverão um seminário sobre "cultura e sindicato", incluindo a projeção do filme "Cinco Vezes Favela", produzido pelo CPC da Une, na rua Florêncio de Abreu, 270, sempre com início às 19 horas. Finalmente, nos dias 8, 9, 15 e 16, haverá apresentação de teatro, grupos musicais e dança, no Circo dos Bancários (Voluntários da Pátria, 547).

Médicos/RS Lançada Oposição Sindical

A sopa dos atuais diretores do Sindicato dos Médicos vai acabar no Rio

Grande do Sul. É que um grupo de profissionais está organizando a Oposição Sindical, que pretende, além de lutar pelos interesses da categoria, não dar tréguas à diretoria.

A oposição Sindical, que é vinculada ao Movimento de Renovação Médica, critica, por exemplo, a forma com que a atual diretoria da entidade encaminhou o dissídio coletivo, recusando-se à formação de uma comissão ampla de mobilização. Com isso, afirmam representantes da OS, a categoria ficou enfraquecida, permitindo ao Tribunal Regional do Trabalho negar aos médicos o direito ao dissídio coletivo, alegando que eles não "constituem classe" tratando-se de profissionais liberais, apenas. Ora, dizem os escultórios da OS, trata-se de uma grande bobagem, pois aproximadamente 80 por cento dos de branco, no Rio Grande do Sul, são assalariados. Em outros Estados, por exemplo, como São Paulo e Rio de Janeiro, há mais de 10 anos que os médicos vão a dissídio coletivo.

O Movimento de Renovação Médica, que existe há tempos no sul, ampliou-se por todo o país. No dia 15 de novembro, em função disso, o MRM será lançado oficialmente a nível nacional, em reunião que será realizada no plenarinho da Assembléia Legislativa Gaúcha, às 18 horas.

Conselho Comunitário A verdade no Butantã

Os moradores de diversas vilas do Butantã, estão que não podem mais com o tal de Ivo Carotine, titular da Administração Regional do bairro. É que o dito, resolveu dar uma de ditador, buscando impedir a participação e livre debate dos representantes de Sociedades de Amigos de Bairro, que queriam saber tudo sobre o funcionamento dos tais de Conselhos Comunitários, criados pela Prefeitura em cada AR em reunião promovida no dia 30 de novembro. Como a maioria não poupasse críticas aos Conselhos, órgãos anti-democráticos e não representativos, o administrador quis acabar com as discussões na marra, ameaçando chamar a polícia.

Agora, as SABs vão decidir que atitude tomar, se entram ou não nos CC, em reunião que estão convocando, no próximo dia 7, sexta-feira, na rua Otacílio Tomanik, 1555, às 20 horas.

As greves da semana

SETOR	LOCAL	Nº DE GREVISTAS	REIVINDICAÇÕES PRINCIPAIS	DURAÇÃO	RESULTADOS
Motoristas de Táxi	São Paulo (SP)	25.000 motoristas	Subsídios para a gasolina	De 27/11 a 29/11	Aumentos médios nas tarifas, de 38,9%
Motoristas de Táxi	Curitiba (PR)	5.000 motoristas	Subsídios para a gasolina	De 26/11 a 28/11	Aumento de 40% sobre a tabela atual
Motoristas de Táxi	Belo Horizonte (MG)	2.000 motoristas	Subsídios para a gasolina	De 27/11 a 29/11	Tarifas elevadas de Cr\$ 7,00 para Cr\$ 9,20 por Km rodado. Bandeirada de Cr\$ 13,00 para Cr\$ 17,00

Produtividade e política salarial

O feitiço vai voltar-se contra o feiticeiro

Com a questão da produtividade o governo tentou limitar as reivindicações dos trabalhadores. Mas o seminário sobre o tema promovido pelo DIEESE mostrou que o tiro pode sair pela culatra.

Por Mauricio Coutinho

Para o 3.º Seminário de Estudos Sócio-Econômicos, realizado em São Paulo nos dias 1, 2 e 3 de dezembro na sede do Sindicato dos Químicos, a diretoria do DIEESE escolheu o controverso tema **Produtividade e Campanha Salarial**.

O objetivo era justamente esclarecer o aspecto mais nebuloso da nova política salarial de Delfim. Como é sabido, esta política limita a barganha salarial a uma taxa de produtividade a ser acrescida à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — o INPC. Como se calcula esta taxa de produtividade? Aliás, o que é produtividade de um modo geral? É interessante para a classe trabalhadora lutar em torno da questão da produtividade? Estes os problemas esclarecidos nos 3 dias de debates, com a participação das figuras de maior destaque no movimento sindical brasileiro: Lula, Olívio Dutra, Arnaldo Gonçalves, Jacó Bitar, João Pires Vasconcelos, Negão, etc. Dirigentes de todas as categorias sindicais e de vários Estados do Brasil.

O DIEESE dividiu o Seminário em painéis e debates propriamente ditos entre os sindicalistas. Na primeira manhã discutiu-se "Como se Definem os Salários" Sábado à tarde foi o tema "O que é Produtividade". Domingo pela manhã: "Controvérsias em torno da Produtividade". Domingo à tarde os sindicalistas dividiram-se em grupos conforme as categorias profissionais, debatendo a relevância da questão da produtividade e como enfrentá-la em suas categorias. Os relatórios de cada grupo foram lidos em plenário segunda-feira pela manhã e finalmente à tarde uma plenária encerrou a discussão.

Diga-se de início que a questão da produtividade, já em si complicada, pareceu aos sindicalistas muito mais enrolada em face do desencontro dos conferencistas. Os painéis, um tanto prolongados e cansativos, trouxeram opiniões conflitantes. Rodolfo Hoffman e Paul Singer — este em rápida

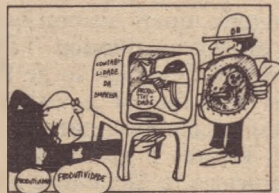
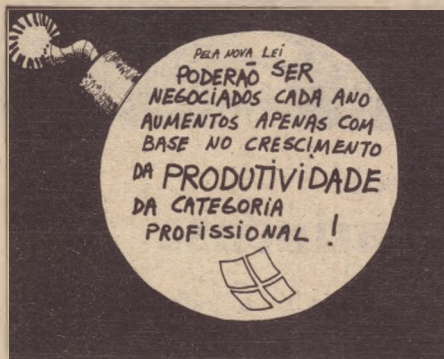
participação na manhã de segunda — acham que é descabido falar de produtividade ao nível de setor e de estabelecimento. Elevar os salários de acordo com a produtividade dos estabelecimentos — conforme ambos expuseram — diferenciaria sobremodo os salários em favor dos trabalhadores de empresas mais dinâmicas, em prejuízo da unidade dos trabalhadores.

Os professores da Unicamp e ainda Calabi e Kurt Weil defenderam a barganha em torno da produtividade no interior de cada empresa e propuseram uma maneira geral de definir e medir a produtividade baseada no conceito de valor agregado (ver artigo abaixo).

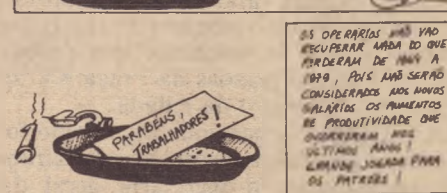
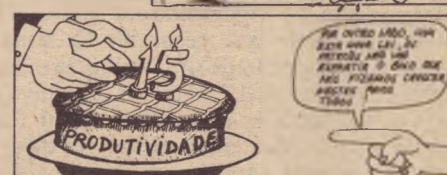
No meio de tanta confusão é natural que as lideranças sindicais, já de início perplexas e desconfiadas de mais esta iniciativa do governo, divergissem. Os trabalhadores da construção civil, por exemplo, rechaçaram inteiramente a possibilidade de discutir a produtividade. Conforme seu relator, é impossível medi-la no seu setor. Concluíram do mesmo modo os trabalhadores em serviços e transportes.

Em outras categorias o resultado foi diverso. Químicos, Gráficos e Jornalistas, Alimentação entre outros, acharam importante aceitar a barganha em torno da produtividade. Como ponderou Olívio Dutra, "não para aceitar a proposta de Delfim, e sim desmascará-la. Não para aceitar de antemão o índice de 4% ensaiado pelo governo, e sim para mostrar que o salário dos trabalhadores não tem acompanhado o crescimento da produtividade. E afinal, não para aceitar o congelamento da participação dos salários no produto global — conforme o espírito da proposta do governo — e sim para questionar o lucro dos patrões".

A expectativa é de que se consiga virar o feitiço contra o feiticeiro. Uma proposta inicialmente in-



Extraído de cadernos dos CET



Afinal, quem é que produz?

Sempre haverá "um economista débil mental" disposto a achar a produtividade não só do trabalho mas também a do capital, afirmou o professor José Serra no seminário do DIEESE.

Só existe uma certeza em relação à questão da produtividade: a de que não pode haver unanimidade na maneira de encará-la.

No momento em que o governo coloca para o movimento sindical a necessidade de meditar e opinar sobre a produtividade, salta aos olhos que este, como outros tantos aspectos da economia, comporta inúmeras interpretações. Podemos, por exemplo, encarar a variação da produtividade como aumento da eficiência no processo produtivo, a ser atribuída tanto ao trabalho como ao capital. Partindo deste ponto de vista — como corolário necessário a proposta de distribuir os ganhos de produtividade entre capital e trabalho. E, como comenta o professor José Serra, "sempre haverá um economista débil mental disposto inclusive a medir a produtividade do trabalho e a do capital".

Podemos ainda considerar as variações de produtividade como se refletindo na variação de unidades físicas de um determinado produto produzidas por trabalhador/hora. Afora alguns problemas de medida — como medir as unidades físicas se o produto não for homogêneo? — este enfoque passa por cima das variações de preço das mercadorias produzidas que não sejam devidos às variações de preço dos insumos. Em outras palavras, ignora variações de preço induzidas pelo poder de mercado de algumas firmas.

No seminário do DIEESE, alguns economistas preferiram abordar o problema sob outro ângulo. O ponto de partida seria o conceito de valor adicionado. Como se chega a este conceito? É simples. Pegando-se o valor dos produtos ou serviços produzidos e vendidos por um estabelecimento em determinado período — 1 ano, digamos — desconta-se o preço de todas as matérias-primas (mais eletricidade, lubrificantes, etc.) consumidas na produção destes produtos. Tem-se assim o valor agregado pelos trabalhadores do estabelecimento no ano estudado.

O valor adicionado, por sua vez, é distribuído entre trabalhadores — os salários — e patrões — os lucros. As variações da produtividade passam a ser vistas então como as variações ano a ano do valor adicionado dividido pelo número de trabalhadores.

Esta contribuição do trabalho ao resultado do processo produtivo pode variar, em cada estabelecimento, na dependência de três fatores principais:

a) aumento da intensidade do trabalho humano — ou seja, o trabalhador passa a dispendir maior esforço físico por período de tempo;

b) métodos mais eficientes de produção — como novas máquinas ou técnicas que aumentam a eficiência do trabalho humano;

c) poder de mercado da empresa — ou seja, o poder de impor aos consumidores e a outras empresas preços maiores em relação a um mesmo custo de produção (por exemplo, devido a práticas oligopolísticas).

Cada um dos três fatores ou os três conjuntamente influenciam o valor adicionado. E é justo que os trabalhadores aufram vantagens, sob a forma de reajustes salariais, deste aumento de produtividade na empresa.

Abordar a produtividade sob este ângulo — argumentam os economistas que o defendem — não é realizar a abordagem mais correta tecnicamente. Nada disto. É realizar uma abordagem que, sendo também correta, é a que interessa ao trabalhador.

O x da questão

Decorrem deste enfoque da produtividade através do conceito de valor adicionado algumas consequências. A primeira delas: a medida deve necessariamente ser pensada e operacionalizada a nível de empresa ou unidade produtiva. Certamente as variações de produtividade serão disparens no interior de um mesmo grupo industrial (ou categoria sindical).

A segunda consequência é que a produtividade passa a ser encarada como afeta indistintamente a todos os trabalhadores da mesma unidade.

Em terceiro lugar, esta conceitualização operacionaliza a medida mesmo em setores onde o resultado da produção não é homogêneo (indústria de eletrodomésticos) ou onde o produto produzido é um serviço (rádio e televisão). Basta dispor de informações de custo (salários e matérias-primas basicamente) e de resultado (faturamento).

Finalmente, em quarto lugar, a visualização dos componentes do valor adicionado — salários e lucros — permite não apenas exigir que a massa salarial suba de acordo com a produtividade como também questionar o montante relativo aos lucros. Por que não diminuir a participação dos lucros no valor adicionado? Por que permitir que a relação salário/valor adicionado permaneça tão mais baixa no Brasil que em outros países capitalistas?

É evidente que não são poucas as consequências políticas desta maneira de encarar a produtividade. De imediato salta aos olhos o problema da organização ao nível de cada empresa, já que a medida

exige a individualização das unidades produtivas. Se não bastassem tantos argumentos a favor dos delegados sindicais ou comissões de empresa, agora temos mais um: a necessidade de esquadriñar os dados em cada estabelecimento.

A operacionalização da produtividade como elemento de barganha salarial diferenciaria os ganhos salariais de empresa a empresa mesmo dentro de uma mesma categoria. No seminário do DIEESE um dos argumentos mais constantes contra a consideração da produtividade como elemento de barganha foi justamente este: onde fica a unidade da classe trabalhadora, se alguns setores forem mais beneficiados que outros? Esta é uma controvérsia prolongada e que excede os limites do artigo. Lembremos apenas que isto reintroduz automaticamente duas outras reivindicações importantes: o aumento do salário mínimo e a fixação de pisos mínimos convenientes para cada categoria ou função.

Um delegado de produtividade?

O acesso a informações fidedignas em cada empresa é o pré-requisito mínimo para a operacionalização da medida de produtividade. Como sabemos, esta é uma luta antiga e que poucos resultados tem proporcionado.

Algumas medidas práticas, entretanto, podem ser tomadas pelo movimento operário. O deputado Suplicy referiu-se a publicações sistemáticas da ANFAVEA contendo as informações desejadas. Curiosamente, relatou Suplicy, a ANFAVEA deixou de publicar o boletim com tais dados a partir do momento em que ele apresentou ante-projeto regulamentando a prestação de informações pelas empresas (ver box).

Em algumas indústrias de produtos homogêneos e preço final controlado, as informações sobre produção física servem como medida aproximada. Na siderurgia de laminados planos, o resultado é facilmente dimensionável. O mesmo no setor de transporte urbano de passageiros. Enfim, na falta de melhores informações, alguns estabelecimentos propiciam a construção de medidas práticas de controle de fácil acesso aos trabalhadores.

Desta forma, a questão da produtividade pode tornar-se uma faca de dois gumes. Lançada pelo governo com o propósito de confundir e burlar o movimento operário, quem sabe possa se tornar um argumento ofensivo dos trabalhadores nas campanhas salariais. (M.C.)

O lucro é sagrado

Delfim tranquiliza empresários

O que o governo quer com a questão da produtividade? Seguramente confundir ainda mais o movimento reivindicatório dos trabalhadores. Se fosse apenas isto, entretanto, nada de tão grave: seria apenas uma questão de tempo entender as artimanhas de Delfim e enfrentá-las à altura.

O diabo é que o problema é mais sério. Uma entrevista do ministro do Planejamento, dada logo antes da viagem ao Oriente Médio, talvez ajude a esclarecer. Delfim disse naquela ocasião que os lucros são intocáveis. O governo deseja, isto sim, redistribuir a renda no interior dos assalariados. Tranquilizem-se empresários: o lucro é sagrado.

Dar como limite máximo da barganha o acréscimo da produtividade calculado pelo governo é uma medida que deixa intocada a participação dos lucros no valor adicionado.

José Pastore, convidado pelo DIEESE a expor aos trabalhadores o que pensa o governo acerca do assunto, encolou.

"Esta é uma questão a ser resolvida a longo prazo, através de aproximações sucessivas. A atual proposta é apenas uma primeira aproximação, a ser burilada pela experiência do movimento sindical".

Mas por que jogar a questão sobre os trabalhadores se ainda não existe nada de concreto sobre o assunto? - perguntaram os sindicalistas.

Nenhuma resposta.

Pastore considera que "o movimento sindical deve organizar melhor seus próprios dados. Quem sabe esta não é a oportunidade de os trabalhadores penetrarem nas informações das empresas e de os próprios empresários melhorarem suas informações sobre suas empresas?"

E como penetrar nas informações sem delegados sindicais com estabilidade nas firmas, ponto de honra do movimento sindical e questão fechada pelo ministro Murilo Macedo? - Indagaram os sindicalistas.

Novamente nenhuma resposta.

Uma observação importante restou da fala de Pastore. Foi a sugestão de que talvez uma solução intermediária e conveniente seja obter as informações através dos dados de uma amostra selecionada de empresas, extrapolando a medida para todo o sistema econômico.

Partindo de quem partiu, a observação é uma pista valiosa. Não será esta alternativa - a seleção de uma amostra de empresas - o modo de barrar em definitivo a pretensão de acesso indiscriminado às informações de todas as empresas?

Seja como for, o desdobramento da questão da produtividade pelo próprio governo ainda é uma incógnita. O depoimento de Pastore, com toda a enrolação, é uma informação importante. Nas suas próprias palavras, uma primeira aproximação. (M.C.)



PCBR: Da formação à tentação militarista

A trajetória do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Por Marco Aurélio Garcia

Surgido do processo de crise do Partido Comunista Brasileiro, aberto depois do golpe de 1964, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), constituiu-se formalmente em abril de 1968, quando da realização de seu Congresso de formação.

Anteriormente, seus militantes se haviam agrupados na "Corrente", como era conhecida a vasta tendência crítica que vinha se desenvolvendo no interior do Partidão, a partir de 1966, quando ficara evidente que, ao nível do Comitê, se desenhava uma maioria refratária a uma redefinição radical da linha que havia conduzido à derrota de 1964.

Convém lembrar que um dos principais inspiradores da "Corrente" o mais tarde dirigente do PCBR, Mário Alves, havia tentado imprimir uma orientação diversa ao Partidão, ainda em 1964. Mário, cujo peso intelectual e político era considerável na Comissão Executiva, tinha sido, ao que tudo indica, o autor de um "Esquema pra discussão" sobre os acontecimentos de abril de 1964 e seus prolongamentos, no qual as causas da derrota do movimento popular eram vistas desde uma ótica de esquerda, visão que seria progressivamente abandonada no curso dos meses seguintes, entre outras razões pelo afastamento de Mário da C.E., por motivos de prisão.

Quadros históricos

Mas a "Corrente" agruparia outros quadros de prestígio junto às bases do Partido, como era o caso de Apolônio de Carvalho, "tenente" em 1935, quando foi detido por suas vinculações com a ANL, ex-combatente na guerra civil espanhola e na resistência francesa e que se encontrava, após o golpe, na direção do Comitê Regional do PC ao então Estado do Rio. Ou Jacó Gorender, destacado intelectual que, com Mário Alves, havia tido um importante papel na reformulação da linha do PCB a partir de 1958. Ou, ainda, Jover Telles, primeiro secretário do Regional da Guanabara, ex-deputado estadual pelo PC na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, após a redemocratização.

Natureza das divisões

Mas o golpe de 64 havia servido de elemento catalizador de toda uma crise política e ideológica que vinha afetando o Partidão e que tinha dentro suas determinações fundamentais, os repercussões da Revolução Cubana, a polémica sino-soviética e a própria evolução da luta de classes no Brasil em princípios dos anos 60. É normal, assim, que as distintas "linhas" ainda que não testadas na realidade concreta das lutas políticas no Brasil, mas simplesmente por seus enunciados, fossem capazes de dividir de tal forma os dissidentes do Partidão, que constituíam a imensa maioria da organização.

A "corrente" separa-se de Marighela e todos aqueles que mais tarde formariam a Ação Libertadora Nacional (ALN), na medida em que esta abandonava a tese da construção de um partido. Por outra parte, separava-se das dissidências da Guanabara (de onde sairia o MR-8) e do Rio Grande do Sul (que, fundindo-se com a Polop, daria origem ao Partido Operário Comunista, POC) pois estas, pela forma como viam a dominação do modo de produção capitalista, sobretudo no campo, defendiam a tese do "caráter socialista da revolução."

A posição da "Corrente" é um pouco mais matizada e estes matices vão se refletir em suas formulações a propósito do Governo Popular Revolucionário (GPR), fórmula de poder intermediário entre a dominação capitalista e a ditadura do proletariado.

Fazendo do combate ao pacifismo do PC e da política de colaboração com a burguesia nacional os elementos essenciais de sua visão crítica, a "Corrente", que desde setembro de 67 se encontrava fora do PC e que em abril do ano seguinte passaria a chamar-se PCBR, pôde constituir uma organização nacional, incorporando milhares de militantes — muitas falam em cinco mil representados em seu primeiro congresso. Seus pontos fortes: Rio de Janeiro (dos dois lados da baía), Nordeste e Paraná.

Crises & reencontros

Já na própria realização do Primeiro Congresso,

Errata

Por um evidente lapso, nos dois artigos consagrados por EM TEMPO à ALN, a organização fundada e dirigida por Carlos Marighela foi tratada como Aliança Libertadora Nacional e não por seu verdadeiro nome, Ação Libertadora Nacional.



Mario Alves, um dos fundadores do PCBR

pode-se verificar o aparecimento de algumas divergências, que não assumem, de imediato, um caráter dramático.

Uns poucos, e em forma imprecisa, têm suas diferenças com a tese do GPR e se deixam influenciar pelas posições "socialistas". Outros, no entanto, estão muito próximos das teses do PC do B. E o caso de Jover Telles que, já no Congresso sustentava posições vizinhas do Partido Comunista do Brasil e chegou mesmo a propor a fusão da "Corrente" com o PC do B.

Minoritário, Telles diz submeter-se à disciplina, mas muitos afirmam que já nesta época ele estava no PC do B. Aliás, como já vimos nos capítulos dedicados ao Partido Comunista do Brasil, não são poucos os que defendem a tese de que, desde 1962, quando se formou o PC do B, Jover fazia "entrismo" no Partidão.

Correta ou não esta versão, o que é certo é que Jover abandona o PCBR pouco depois do Congresso, expressando suas posições e as dos grupos que o acompanhavam em um documento sugestivamente intitulado "Reencontro Histórico".

Este texto aparece uma semana após a publicação de documentos complementares aos do Congresso nos quais a direção aprofundava a discussão de duas questões: a "linha militar" e a "linha de massas".

Em todo este período de discussão Telles não manifestou divergências maiores, razão pela qual a publicação de seu "Reencontro" uma semana após é apontada com indicador de que sua decisão rupturista somente não se havia manifestado anteriormente por razões de oportunidade.

A direção contra-ataca: em um texto intitulado "Reencontro histórico ou simples mistificação?", o comitê central fustiga as posições do PC do B que são apresentadas como sem diferenças substanciais das do PCB.

As questões militares

A evolução da conjuntura nacional em 1968, coloca ao PCBR, como a todas organizações da esquer-

da, o problema de como articular o "trabalho de massas" com o exercício da violência e, em particular, com a perspectiva estratégica da guerra popular prolongada.

Juntamente com a Ação Popular, da qual se sente mais próximo no período, o PCBR avalia a conjuntura como de ofensiva, tentando fazer com que o movimento estudantil em plena ebulição sirva de elemento dinamizador de outros setores sociais pouco ou nada ativados. A posição de seus concorrentes mais próximos no Rio — a Dissidência, mais tarde MR-8 — era de enfatizar mais uma "volta às escolas", tratando de evitar mais confrontos diretos com a repressão. A linha "ofensiva" implicava dar mais atenção às questões militares.

Mais as coisas não ficam aí. Os próprios avatares do processo de construção do partido e de seus instrumentos militares provocam algumas modificações da linha militar, modificações que não assumem, evidentemente, o caráter de ruptura com as opções anteriores, mas que, na verdade, criam uma dinâmica distinta.

Sem abandonar a tese da guerrilha rural — instrumento estratégico essencial para a construção de um exército que deveria conduzir a guerra popular prolongada, segundo as definições anteriores, surge a idéia das "guerrilhas locais", isto é, um processo de formação de grupos táticos locais, em zonas camponesas, operando no campo em forma análoga aos grupos de guerrilha urbana.

«Proletarizar» e «militarizar»

Mas o descenso que se observa nos últimos meses de 68 e que desemboca no endurecimento de 13 de dezembro — a promulgação do Ato Institucional nº 5 — tem suas consequências sobre a vida da organização e nisto o PCBR não é um caso original.

Impõe-se, em um primeiro momento, uma maior militarização das iniciativas políticas, mesmo daquelas "de massas" e, em segundo lugar, uma correspondente "proletarização" do partido.

As coisas não podem ser consideradas apenas como "desvios". A militarização das manifestações de massas decorre da crescente incidência da repressão sobre elas. A proletarização, correspondente a uma necessidade de assignar mais quadros ao setor operário que se havia debilitado com a saída de Jover Telles.

A estruturas orgânicas — até então sobrevivências do período PCB — são revistas e adaptadas a uma conjuntura vista como essencialmente de preparação da guerra popular prolongada. Fazer do PCBR uma organização "político-militar" superando a dicotomia freqüente destes dois elementos nas organizações revolucionárias, tal parece ser a idéia central, da direção. Cria-se um Comando Político-Militar, vinculado a o CC e decide-se a criação de organismos semelhantes em nível regional. Operativamente autônomos, estas instâncias eram delimitadas como politicamente subordinadas às direções: CC, Comitês Regionais, etc.

A proletarização e a reestruturação político-militar, em um período de descenso mas no qual o conjunto da esquerda parecia pretender manter-se na ofensiva, tem sua contrapartida no plano dos critérios de militância. Uma forte discussão ideológica se instaura e as normas vão ficando mais rígidas. O desgaste orgânico do PCBR é grande (fala-se de mais de 50% em poucos meses). Muitos partem assustados pela incidência da repressão; outros, não reunindo os requisitos de dedicação, se colocam praticamente à margem.

Conflitos

A forma distinta pela qual é percebida a conjuntura na interior da organização provoca conflitos, num momento em que toda ênfase é dada na questão da "passagem para a luta armada". Os grupos do nordeste insistem na necessidade de acelerar o ritmo desta passagem e acusam os militantes do Rio de desvios "massistas".

Em agosto de 1969, a direção tenta equacionar a discussão em um texto, "Raízes ideológicas de nossos desvios: milarismo e massismo". O documento, no entanto, não é capaz de deter a maré militarista que invade o PCBR, como, de resto, quase toda esquerda brasileira naquele período.

Desde abril 69, o "BR" está realizando ações armadas, na sua maioria de propaganda, como a ocupação da estação Maria da Graça, freqüentada por operários da fábrica da GE, por comandos e agitadores da organização, que não reivindicam nominalmente a operação, no entanto.

O caráter clandestino da operação apresentaria seus problemas e, o que é paradoxal, no interior da própria militância que começa a impacientar-se com o "pacifismo" da direção.

A pressão que se exerce sobre o CC é de tal ordem que em dezembro de 69, as realizar seu primeiro assalto de um banco, o PCBR está não somente buscando fundos para uma caixa naquele momento vazia, como também trata de obter junto a suas bases uma legitimidade que lhe é contestada.

Para tanto — e contrariando todas as normas de conspiratividade que este tipo de iniciativas supõe — a direção informa previamente a suas bases de que tal ação será realizada. O episódio é sumamente revelador de uma dinâmica que atravessava o conjunto das organizações de esquerda naquele período paralisando qualquer discussão que pudesse sugerir linhas distintas de uma ofensiva que se fundava na convicção de que o regime estava à beira de uma catástrofe.

Pressionado pelo milarismo — que provocava uma erosão de seus quadros, em direção da ALN sobretudo, o PCBR se via compelido a reforçar suas estruturas clandestinas e, por esta via, caía no círculo infernal de ter que manter uma atividade militar constante para sustentar um aparato que se ampliava com estas ações e assim por diante.

Mas o que é mais grave ainda, toda esta situação tinha sido criticada prévia e lucidamente por seus dirigentes, representando, assim, uma desnaturação empírica de suas formulações políticas.

As coisas vão se complicar, definitivamente, quando a repressão passa a dar uma importância maior a esta organização até aquele momento pouco visível. Em fins de 69, a organização vai ter sua direção atingida, justamente num momento em que se preparava para realizar um balanço que talvez pudesse ter freiado esta dinâmica e mudado o curso dos acontecimentos.

**Na próxima
semana:**

Mais elementos sobre a
história do PCBR



Centenário do nascimento de Trotski

IV Internacional: a longa travessia do deserto

A IV Internacional reivindica hoje a herança da tradição iniciada por Marx e Engels e aprofundada por Lênin e Trotski: a tentativa de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista

Por Virginia Pinheiro

Fundada em 1938 numa situação extremamente difícil, resultado de um grande esforço para assegurar a continuidade organizativa e programática do marxismo revolucionário, a IV Internacional teve até hoje uma vida dura e atribulada.

Pouco depois de sua fundação, sofreu dois golpes importantes: o assassinato de seu principal dirigente, e a guerra mundial. É fácil compreender como a perda de Leon Trotski seria grave para uma organização nova, débil e ainda não consolidada. Por outro lado, a guerra, além de colocar problemas políticos difíceis e complexos (por exemplo: que atitude adotar diante do movimento nacionalista patriótico, que se desenvolveu em países imperialistas europeus ocupados, como a França; como explicar o pacto assinado no início da guerra entre a URSS — caracterizada como Estado operário burocraticamente degenerado — e a Alemanha (nazista) levou à perda de diversos militantes, mortos na luta contra o nazismo, e à impossibilidade da manutenção de um mínimo de centralização da organização.

Finda a guerra, foi reorganizado o movimento, que chegou a ter um certo crescimento no ascenso do movimento operário registrado até o início da guerra fria. A situação da IV Internacional, contudo, continuava extremamente difícil, contando com um elemento adicional adverso: o pós-guerra foi o período em que o stalinismo teve seu auge, provocado pelo prestígio adquirido pela URSS e por Stalin na vitória contra o nazismo. Até que a crise do stalinismo estivesse bastante desenvolvida, o que só ocorreria na década de 60, o movimento trotskista não tinha espaço para crescer.

Outra fonte de enormes dificuldades para um movimento que colocava um grande peso na manutenção da continuidade programática do marxismo foi a grande transformação do mundo no pós-guerra, tomando uma configuração totalmente inesperada por todos os marxistas.

Em primeiro lugar, era corrente entre os marxistas, mas não apenas entre eles, a idéia de que após um curto período de reanimação na reconstrução dos países devastados pela guerra, o capitalismo estaria ameaçado por uma crise grave. Para os que adotavam a concepção de Lênin sobre o imperialismo, a coisa ainda parecia mais clara: a perda das colônias teria de conduzir à derrocada econômica das metrópoles. Nada disto se deu. Em segundo lugar, as revoluções ocorreram em países coloniais ou semi-coloniais, onde o peso decisivo coube ao campesinato, enquanto a classe operária dos países desenvolvidos industrialmente parecia integrar-se na "sociedade de consumo".

A defesa do marxismo

Longe de naufragar, e mesmo perdendo as colônias, o capitalismo conheceu um período de prosperidade sem precedentes, perturbado não por crises importantes mas por "recessões" de uma duração limitada. Sua classe operária se preocupava quase unicamente com o seu nível de vida e mostrava uma grande apatia política. Houve expansão das sociedades não-capitalistas (o que aliás dá lugar até hoje a uma grande polémica sobre a sua natureza), mas uma expansão baseada ou na ocupação da URSS no Leste europeu (com exceção da Iugoslávia e da Albânia, e parcialmente da Tchecoslováquia), expansão de novas relações de produção com a manutenção da dominação burocrática, e sem mobilizações operárias ou baseada na revolução colonial.

Estas ocorrências favoreceram as mais diversas teorias negadoras do marxismo, afirmando ou a capacidade do capitalismo em se manter indefinidamente, ou negando o papel histórico do proletariado. A crise do stalinismo, que se iniciou com a ruptura Leste-Ocidente em 1948, colocou também enormes problemas teóricos.

A IV Internacional encontrou confrontada com duas exigências básicas: explicar o conjunto destes processos, perdendo a validade do marxismo clássico, e definir uma tática para construir partidos de massas, a partir de grupos essencialmente propagandistas existentes, que não o fez sem sofrer inúmeras crises e rupturas. A mais importante delas ocorreu em 1954, em torno do problema da tática do "entrismo" nos partidos operários de massa (social-democratas ou comunistas), tática que visava ganhar correntes no interior destes partidos, e em torno do problema da "desestalinização" da URSS depois da morte de Stalin. Na discussão destas questões, todos os problemas de



Trotski fala num congresso da Internacional Comunista (Moscou, 1920)

entendimento do mundo no pós guerra foram envolvidos. Esta divisão foi parcialmente desfeita em 1963, quando a maioria do movimento se reuniu, com base essencialmente em uma aproximação no apoio à revolução cubana. As organizações que se recusaram à reunificação, basicamente a OCI (Organisation Communiste Internationaliste) francesa e a SLL (Socialist Labour League) inglesa, se uniam na recusa em reconhecer que havia uma revolução socialista em Cuba (e de resto, na recusa em reconhecer a realidade de toda a revolução colonial).

As extravagâncias de J. Posadas

Outra corrente que se separou da IV Internacional e que talvez deva ser mencionada é a liderada por J. Posadas, até a época responsável pelo Bureau latino-americano. Esta ruptura foi provocada em parte por divergências políticas (por exemplo, Posadas negava a possibilidade de revoluções nos países europeus) e em parte devido ao fato de que Posadas começou a desenvolver posições progressivamente extravagantes e fantásticas. Pretendeu, por exemplo, ter desempenhado um papel de destaque na ruptura sino-soviética, e durante algum tempo acreditou que o Partido Comunista Chinês buscava a sua liderança. Depois, dedicou boa parte do seu esforço de reflexão à estratégia revolucionária para o momento da guerra atômica, para as relações com civilizações extra-terrenas, etc. Não é nenhum exagero dizer que esta corrente degenerou e não representa mais hoje do que uma pequena seita, lunática.

Após a reunificação de 1963, a IV Internacional passou por uma época de progresso. Nesse período, conseguiu desenvolver algumas campanhas internacionais que tiveram importância (anteriormente, a campanha mais importante realizada havia sido a de apoio à independência da Argélia e à revolução argelina). Além da defesa de Cuba, foram realizadas grandes campanhas em defesa de dois revolucionários poloneses presos por se oporem à burocracia (Modzelevsky e Kuron) e em defesa de Hugo Blanco, líder camponês peruano, e militante trotskista. Neste último caso, a campanha pesou para que Blanco não sofresse a pena de morte. No caso de Modzelevsky e Kuron, a campanha se combinou com a divulgação das críticas dos dissidentes.

Mas a campanha mais decisiva, foi a que começou em 1965, de luta contra a intervenção americana no Vietnã. Com base nestas campanhas, a IV Internacional conseguiu algum progresso.

1968: a força da nova esquerda

O período mais importante e complexo começou em 1968. A partir deste ano, a radicalização provocada pelo exemplo da revolução cubana, da revolução cultural chinesa, da luta heróica do povo do Vietnã em camadas bastante amplas da esquerda se combinou com um aprofundamento da crise do stalinismo, após o conflito sino-soviético e a invasão da Tchecoslováquia. Todo o esforço da IV Internacional se orientou no sentido de participar e influir nesta corrente de radicalização. Desenvolveu-se o conceito de "nova vanguarda de massas", expres-

sando o conjunto dos militantes que rompiam com o reformismo social-democrata ou stalinista, que tinham uma atuação independente com relação aos partidos reformistas. Além de definir uma orientação em direção a esta "nova vanguarda", a IV Internacional definiu que era o momento de lutar para transformar suas organizações, de organizações basicamente propagandistas, em organizações de combate, com um papel ativo na luta de classes.

É inegável que neste período ela pôde dar um grande salto, passando a contar com forças muito superiores às que dispunha anteriormente. Mas não é menos inegável que esta orientação levou a uma política esquerdista, que deu resultados particularmente desastrosos na América Latina. Neste caso, esta orientação se traduziu em uma aproximação com as organizações guerrilheiristas, na definição de uma "estratégia de luta armada" para todo o continente. Foi superestimado o papel de instituições como a OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade), que se julgou capaz de dirigir a revolução na América Latina.

A sua maneira, a IV Internacional cometeu os mesmos erros que cometeram as organizações guerrilheiristas. Se é verdade que havia elementos corretos nas análises realizadas (a revolução cubana tinha mostrado a atualidade do socialismo, o continente vivia um período de lutas extremamente agudas, de golpes militares, crises, etc., que tornam pouco provável um longo período de estabilidade democrático-burguesa em qualquer país), havia elementos totalmente incorretos, como a hipótese de que uma vanguarda sem um grande apoio e enraizamento de massa, e fora de uma crise revolucionária, pode iniciar um processo de enfrentamento armado com o Estado burguês.

Para piorar a situação da IV Internacional, a adoção desta orientação deu origem a uma violenta luta de frações, o que levou a que em diversos países houvesse duas ou três (às vezes mais) organizações se reivindicando dela. Em momentos cruciais, como na revolução portuguesa, havia organizações da IV com políticas opostas. Esta situação evidentemente limitou enormemente as possibilidades de desenvolvimento.

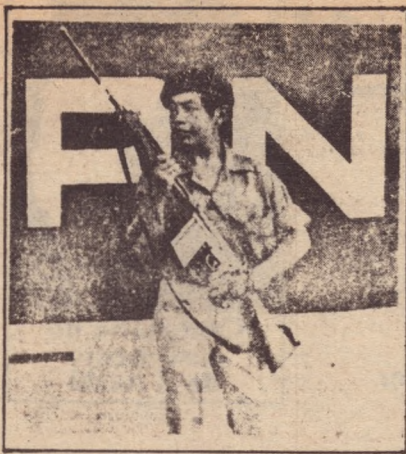
Reencontrando uma unidade

Uma mudança da situação ocorreu a partir de 1976, quando a autocrítica da maioria sobre a linha seguida na América Latina abriu o caminho para a dissolução das tendências e frações mais importantes a nível internacional. Foi retomado o crescimento na América Latina, de que é um exemplo a expressiva votação da FOCEP, liderada por Hugo Blanco, nas eleições da Constituinte peruana.

Mas a luta fracional teve ainda um desdobramento: uma fração que se manteve após a dissolução das principais tendências e frações em 1977, a "Fração Bolchevique", que se desenvolveu na América Latina, teve uma atuação progressivamente independente do resto da Internacional, atuação que culminou na política seguida na revolução nicaraguense: em primeiro lugar, organizou por conta própria uma "Brigada Internacional Simón Bolívar", que se disfarçou de sandinista para atuar na Nicarágua, e que teve um fim melancólico; depois disso, passou a caracterizar a Frente Sandinista como "cabeça da contra-revolução burguesa" na Nicarágua. A IV Internacional, considerando que ocorria precisamente o contrário (isto é, que a Frente Sandinista é a direção da revolução nicaraguense) exigiu que a "Fração Bolchevique" acatasse a sua disciplina. O resultado foi a negativa por parte da "Fração Bolchevique", que preferiu deixar a IV Internacional para se aproximar do CORQI (Comité de Organización pela Reconstrução da Quarta Internacional), organização constituída em torno da OCI francesa.

Depois da partida da "Fração Bolchevique", a IV Internacional conta com seções ou organizações simpatizantes em aproximadamente 50 países. Na América Latina, tem atualmente 6 seções: No México, na Colômbia, no Peru, na Bolívia, no Chile, e em Martinica e Guadalupe. Tem 5 organizações simpatizantes: na República Dominicana, em Porto Rico, no Panamá, na Venezuela e no Equador.

Encerrando desta maneira um capítulo de sua história, a IV Internacional se confronta novamente com o desafio que é sua razão de ser: construir uma Internacional revolucionária de massas, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Esta tentativa já foi realizada por revolucionários como Marx, Engels, Lênin e Trotski, e nenhum deles conseguiu um logro decisivo. A IV Internacional, que reivindica a herança desta tradição, espera ter sucesso.



NICARAGUA LIBRE

Viagem à Revolução Sandinista

Por Bernardo Kucinski

8 — A Campanha contra a «ultra-esquerda»

Muita gente que não tem dinheiro nem para comer está sendo obrigada a comprar essas bandeirinhas da Frente.

— Se fizemos uma enquete e o resultado for desfavorável a essas medidas, a Junta fecha o jornal.

Redação de El Pueblo, um dos três diários de Manágua. O jornal foi lançado em março, em plena insurreição, como "Periódico de Nuevo Tipo que expressa el actuar y las aspiraciones de las mayorías". Foi também em março que os sandinistas completaram seu processo de reunificação, tornando possível a formação, então, de alianças com os grupos de oposição burguesa, especialmente a Frente Ampla Opositora. A oposição burguesa a Somoza tinha seu diário, o La Prensa. Os sandinistas, só os boletins mimeografados da imprensa clandestina. El Pueblo saiu na frente como imprensa legal de esquerda, opondo-se à liderança da Frente. No número três já noticiava:

Notícias de Jornal
Surtem MILPAS

Em um comunicado publicado esta manhã e recebido em nossa redação, as Milícias Populares Anti-Somozistas — MILPAS — proclamam-se como as forças armadas da classe operária e dizem estar dirigidas pelo Movimento de Ação Popular, MAP, organismo que trabalha pela organização do Partido Comunista Marxista Leninista da Nicarágua... As Milícias Populares Anti-Somozistas também afirmam em seu comunicado que desenvolvem a guerra de resistência armada das massas, que desembocará numa insurreição popular dirigida pela classe operária organizada no Partido Comunista Marxista Leninista da Nicarágua.

No dia seguinte da vitória sandinista, o El Pueblo saiu dizendo que a burguesia havia arrebatado a vitória. Foi fechado pelos sandinistas e só deixaram que voltasse a circular trinta dias depois.

A reunião de pauta começa às oito da manhã. Devido ao toque de recolher os jornais fecham ao final da tarde, e não de madrugada. O ambiente é tenso. O "La Barricada", órgão oficial da Frente Sandinista de Libertação Nacional, passou a veicular o que é sem dúvida uma campanha combinada de todas as tendências da Frente Sandinista, contra os grupos de esquerda não representados no sandinismo.

Notícia de Jornal
Denuncia o comandante Henry Ruiz

Ultras conspiram contra a Revolução
O comandante Henry Ruiz denunciou que a burguesia vende-pátria em estreita colaboração com a ultra-esquerda do país e a reação internacional, está conspirando para destruir a Revolução. Os polos contra-revolucionários unem-se na ação, disse. O comandante fez também algumas reflexões sobre o caráter de vanguarda da Frente Sandinista de Libertação Nacional, dizendo que a partir do fato de que o povo acompanha e compreende as ações em curso, a Frente Sandinista continua sendo a vanguarda do povo. Sobre os sabotadores que usam as mesmas consignas e métodos dos sandinistas, Ruiz disse que estão brincando com a Revolução. A consigna "operários e camponeses ao poder" está sendo mal interpretada e utilizada; Uns a aproveitam para anarquizar e confundir o processo, outros lhe dão seu verdadeiro significado histórico, através das conquistas sandinistas.

«O comandante Henry Ruiz denunciou que a burguesia vende-pátria em estreita colaboração com a ultra-esquerda do país e a reação internacional está conspirando para destruir a Revolução».

Henry Ruiz, conhecido como Comandante Modesto, possuiu longa folha de combate nas montanhas. Membro da Tendência Guerra Popular Prolongada, da qual faz parte também Tomas Borge, o veterano dos chefes guerrilheiros vivos. Borge foi ainda mais agressivo do que Ruiz:

Notícia de Jornal
La Barricada

O companheiro comandante da Revolução e Ministro do Interior, Tomas Borge foi bem claro ao anunciar ontem em Belo Horizonte que os somozistas e Guardias presos não serão libertados... disse também que os MILPAS e o pessoal da Frente Obrero e os idiotas ultra-esquerdistas, estão todos fazendo trabalho contra-revolucionário, usando precisamente linguagem revolucionária para confundir o povo. Idiotas que querem que radicalizem o processo revolucionário sem considerar a correlação de forças nacionais e interna-



Comandante Ortega senala maniobras antipanamenses

Revolución nicaragüense da plena solidaridad a Panamá

El gobierno nicaragüense capacitó a miembros del Ejército Popular Sandinista (EPS), ubicado en su base de operaciones en Manágua, de su país, Dr. Guillermo Viquez Rosales.

El Embajador nicaragüense que dio estos oficiales "entrenados" a Panamá, para apoyar con las modernas tecnologías de "Lucha Popular".

La declaración fue hecha por el Dr. Viquez Rosales, en un momento de "El Día" de Caracas, Venezuela.

Dijo que la preparación de los oficiales de la Junta de Comandantes Zepeda Cuadra, fue, por su parte, adelantada por el comandante del EPS.

El Comandante Henry Ruiz: "No basta llamarse revolucionarios... hay que stander las bases de la Revolución".

Ultras conspirando contra Revolución

Los grupos más contrarios de apoyo a la Revolución de Manágua, en un intento por utilizar a su estado de "contra-revolucionarios" — dice a BARRICADA la compañera Comandante de Lucha, Tere María Tellez, refiriéndose a los "operários" que quieren "operários" en la "Frente de Liberación Nacional" (FLN) —, están conspirando para destruir la Revolución.

El Comandante Ruiz dijo que los grupos de izquierda no representados en la Junta de Comandantes, están haciendo un trabajo de "confundir" a la gente, para que se desmoralice y se abandone la Revolución.

El Comandante Ruiz dijo que los grupos de izquierda no representados en la Junta de Comandantes, están haciendo un trabajo de "confundir" a la gente, para que se desmoralice y se abandone la Revolución.

Maostas y desadaptados con burguesia

Los grupos más contrarios de apoyo a la Revolución de Manágua, en un intento por utilizar a su estado de "contra-revolucionarios" — dice a BARRICADA la compañera Comandante de Lucha, Tere María Tellez, refiriéndose a los "operários" que quieren "operários" en la "Frente de Liberación Nacional" (FLN) —, están conspirando para destruir la Revolución.

El Comandante Ruiz dijo que los grupos de izquierda no representados en la Junta de Comandantes, están haciendo un trabajo de "confundir" a la gente, para que se desmoralice y se abandone la Revolución.

DESDE LA REDACCION

Los grupos más contrarios de apoyo a la Revolución de Manágua, en un intento por utilizar a su estado de "contra-revolucionarios" — dice a BARRICADA la compañera Comandante de Lucha, Tere María Tellez, refiriéndose a los "operários" que quieren "operários" en la "Frente de Liberación Nacional" (FLN) —, están conspirando para destruir la Revolución.

PUEBLO, EJERCITO, UNIDAD... GARANTIA DE LA VICTORIA!

cionais; pretendem que saltemos etapas e façamos o socialismo já. Para eles é muito fácil aticar os trabalhadores e camponeses, empurrando-os para a radicalização, dizendo a eles que entregamos a revolução à burguesia, e assaltando bancos... Porque assaltam bancos agora? Porque fazem o que fazíamos nos tempos de Somoza? Por que acham que somos como Somoza? Esses radicais são os maiores aliados da burguesia e do Somozismo... cinquenta por cento deles são agentes da CIA, devem ser vigiados muito de perto.. esses idiotas da Frente Obrero e o grupo MILPAS, que não tenham ilusões, vamos tratar essa gente com mão de ferro, vamos prender essa gente. Vamos ser implacáveis com eles. Muitos estavam fora do país e agora voltam, lançam essa campanha contra-revolucionária, se fazem chamar de trotskistas, de maostas, já demos ordem para que essa gente não entre no país. El comandante Tomas Borge anado que al mejor van a creer que es mentira, pero se vá a probar en la practica...

Observo que no mesmo discurso Tomas Borge atacou também a direita do próprio governo: Interessa estrangeiros tratam de seguir manteniendo su hegemonia economica en el país, estan discriminando el gobierno en sus financiamentos para detener el proceso revolucionario, la verdad es que el pueblo está desnudido, tiene hambre, tenemos que agarrar este dinero para el pueblo.

Ataque ainda mais sério às esquerdas não sandinistas é defechado pela comandante Dora Maria Tellez:

Notícia de Jornal
La compañera Dora Maria Tellez dice que estos grupos, en los cuales se mezclan oportunistas, desorientados, ultrasquerdistas y anarquistas, financiados con capital de la burguesia, hicieron detonar una bomba en el Teatro Gonzales en los momentos en que hablaba un miembro de la Central Sandinista de Trabajadores... senalo especificamente que hay grupos de maostas y desadaptados trabajando en un plan contrarrevolucionario en conluio con a burguesia local...

O El Pueblo é um tablóide com circulação de se-

mil exemplares que conta com o apoio de apenas alguns setores públicos, onde a Frente Obrero possui eventualmente posições sólidas. Os anúncios oficiais vão praticamente todos para o La Barricada. E agora essa campanha ameaçadora. A conversa é tensa. São oito jornalistas, todos muito jovens. Crítica-se o recente decreto da Junta que proibiu o uso da expressão "sandinista" por grupos não pertencentes ou não filiados à Frente.

«A Consigna Operários e Camponeses ao poder está sendo mal interpretada: uns a aproveitam para anarquizar e confundir o processo, outros lhe dão seu verdadeiro significado histórico, através das conquistas Sandinistas».

— Com esse decreto os Conselhos de Defesa Sandinistas ficam sob controle da Frente.

— Nos bairros já se fala que até para pedir trabalho é preciso autorização dos CDS.

O decreto foi baixado porque um grupo político burgues quis fundar um partido social-democrata "sandinista". A Frente reagiu proibindo o uso do adjetivo. Mas com isso colocou todos os organismos que têm o adjetivo "sandinista", inclusive a Polícia Nacional Sandinista, o Exército Sandinista, a Central Sandinista de Trabalhadores, sob direção política da Frente sandinista. O caminho do partido único.

— A força política decisiva neste momento histórico é sem dúvida a Frente Sandinista de Libertação Nacional, mas há setores importantes não sandinistas.

Carlos Cuadra, redator-chefe do jornal, feições robustas de índio americano. O único "velho" da reunião, mais perto já dos 40. Propõe que se passe

à leitura em voz alta e discussão do editorial do El Pueblo sobre o assunto.

Editorial

«Tomas Borge disse também que o pessoal do Frente Obrero, e os idiotas ultra-esquerdistas estão todos fazendo trabalho contra-revolucionário... disse que esses radicais são os maiores aliados da burguesia e do somozismo e que 50 por cento deles são agente da CIA».

O decreto da Junta de Governo não apenas determina uma exclusividade dessa denominação à favor da FLSN, mas passa à considerar que os CDS, os sindicatos que se chamam sandinistas, têm que ser dirigidos pela FLSN por força de lei. Mais que isso, na interpretação de um membro da Junta, os CDS são uma célula da FLSN. Então já não são organizações amplas de massa, onde as decisões são tomadas por vizinhos de um bairro, e sim pelos membros da FLSN, que tudo decidirão... uma provocação feita por um punhado de reacionários social-democratas não deveria desviar a FLSN nem nenhum outro partido revolucionário da linha de massas, que lhes permitiu dirigir e vanguardizar a luta pela vitória da revolução sandinista.

A discussão é breve. Ninguém discorda do editorial. Uma menina que não deve ter mais que quinze anos observa que é importante ressaltar o caráter autoritário da medida. Pedem a minha opinião e eu digo apenas que a medida é "stalinista". A reação é seca. Parece haver muitas histórias por detrás dessa história que o recém-chegado não perceberá facilmente. Carlos Cuadra propõe uma pauta cautelosa:

— Vamos verificar o que as pessoas pensam de nossos editorial. Os leitores. Se nossa voz fala no deserto ou se ecoa sentimentos populares.

A reunião vai se desfazendo aos poucos; o redator-chefe distribui tarefas. Há uma entrevista coletiva importante da Junta do Governo na parte da tarde. Oferecem-me exemplares atrasados do jornal. Visito as oficinas onde estão imprimindo a segunda edição de um "Cancioneiro de la Revolución", no estilo de folhetos de cordel.

— É para levantar dinheiro. Durante a insurreição não havia problemas. A gente ia a um banco e tomava dinheiro. Agora temos que repensar tudo.

Marvin Ortega, um dos dirigentes do jornal, desses que parecem fazer de tudo e cujo cargo não é bem definido. Tipo alto, expressão maliciosa. Almoçamos junto na cervejaria que fica bem defronte ao jornal e ele revela que já esteve no Brasil. Joga alguns nomes para me testar. Felizmente conhecia alguns. Juntei detalhes apropriados. Diz que uma das primeiras medidas dos sandinistas para consolidar sua hegemonia foi decretar a dissolução das milícias populares. As colunas de guerrilheiros eram exclusivamente sandinistas, mas nas milícias havia de tudo. E havia as milícias da Ação Popular, MILPAS, que se arrogava competir com o sandinismo na direção da luta.

— As milícias eram mais importantes e mais numerosas que as guerrilhas; combatiam com paus e pedras, deram o tom na insurreição de Manágua.

Marvin fala baixo, em tom quase conspirativo, mas essa frase saiu em voz alta. Da mesinha ao lado um tipo bonachão retrucou:

— Hay una diferencia entre miliciano y combatiente. Milicia es después de la Revolución; milicia no es combatiente, es político. La milicia no combatió, o por falta de armas o falta de valor.

Marvin não responde.

— Fueron pocos los nicaraguenses que lucharan. Los nicaraguenses no son mucho de lucha.

Terminamos o feijão com arroz e picadinho de carne. Um comercial como os nossos, mas a salada é simbólica: apenas uma rodela de tomate enfeitando algumas lasquinhas de pepino. Acabaram-se os legumes no país. Marvin promete marcar um papo com o editor de jornal, Marvin Wallace, que até agora não vi, nem sequer em reuniões.

A Junta está instalada no antigo sede do Banco Central, edifício de apenas quatro andares, no meio da região devastada pelo terremoto. Colado a ele está o prédio imponente do Bank of America — e o resto é mato. Nessa cidade fantasma, nem há muitos escombros; foram aplastrados pelos tratores, ou retirados como material aproveitável para construção. Nos fundos da casa do Governo, como é chamado agora o edifício do Banco Central, soldados sandinistas fazem uma rodinha. Puxo conversa, matando o tempo até a coletiva, e uma garota "combatiente", pede emprestado o El Pueblo. Parece ler com interesse.



Pergunto sobre a participação popular:

— As massas participam na medida em que estão tomando terras, sindicatos. Mas as massas não são consultadas pela Frente ou pela Junta do Governo. Desgraçadamente, tanto dentro do exército como da Frente, parece haver um processo de burocratização das decisões. Reuniões abertas não existem. Há muito tempo houve duas reuniões da Junta do Governo que foram abertas, mas isso já não acontece.

E como andam as tendências dentro da Frente?

— As três tendências eram mais de caráter histórico. Agora apresentam-se duas tendências, a social-democrata e a socialista. Devemos supor que dentro da Frente Sandinista estão se formando esses dois grupos; também dentro do exército há os dois grupos. O comandante "zero", Eden Pastora, que chefiou o assalto ao Palácio é um social-democrata por formação e de origem burguesa. Tomas Borge é marxista, Daniel Ortega também.

Pergunto como foi o episódio do fechamento do jornal pelos sandinistas, se é verdade que ele, Wallace, fez autocrítica.

«As massas participam na medida em que tomam terras e sindicatos, mas as massas não são consultadas».

— Nós havíamos publicado dois artigos que eles não gostaram. Especialmente um que denunciava o caráter burguês do governo. Vieram aqui e me prenderam; fui levado de olhos vendados a uma casa. Fiquei lá como "convidado" durante 48 horas. Depois chegou Tomas Borge e conversamos sobre a linha do jornal. Ele alegou que as críticas do jornal poderiam confundir as massas e até mesmo os combatentes da Frente, porque o povo, aqui na Nicarágua é radical. Depois de conversar com meus companheiros, concluímos que foram inoportunos. De fato, fizemos uma auto-crítica. Tomas Borge disse que o jornal não voltaria a circular enquanto não nos puséssemos de acordo com a Frente. O jornal foi fechado no dia 23 de julho e só reabriu um mês depois.

Wallace faz uma pausa; depois, como se fosse consigo mesmo:

— Muita gente acredita que ter o poder é o mesmo que ter a razão. Isso nem sempre é certo, as vezes é o oposto. Durante a visita do chanceler vietnamita, por exemplo, nosso jornal foi discriminado. E agora, para exercer jornalismo, é preciso ser afiliado da União Nacional de Jornalistas, que é controlada pelo pessoal do La Prensa. Eu por exemplo, já pedi o registro há 50 dias, e não recebi resposta. A rigor, com a nova lei de imprensa, eu não poderia ser o diretor do El Pueblo. Ou seja, utilizam-se de organizações afins da burguesia, para prejudicar o jornalismo revolucionário.

A queixa é posta sem azedume, como se falasse do tempo. A conversa chega ao fim. Nos despedimos. Wallace solta um último comentário.

— Uma confusão em que os sandinistas caem é a de se acreditarem detentores de uma ideologia, quando o sandinismo não é ideologia, sandinismo é a forma assumida pela luta na Nicarágua.

Próximo capítulo:

Duas entrevistas

Leia e Assine

Um jornal que luta
contra a ditadura
e a exploração

O Companheiro

Notícia de Jornal

El Pueblo

Frente Obrero responderá a dirigente del FLSN
Em vista de las declaraciones en la prensa, radio y televisión, de varios dirigentes de FSLN apuntando Frente Obrero como una organización ultra-esquerdista, entrevistamos varios miembros del Comité Central de esta organización, e da Central Sindical Revolucionaria. Claro que responderemos aos dirigentes da FSLN, declaramos nossos entrevistados, responderemos para esclarecer uma série de fatos e defender nossa linha proletária. Mas a nossa não será uma resposta desesperada, que não proveja o que diz com atos concretos, como tem sido as imputações de membros da Dirección Nacional Conjunta da FSLN. Será uma resposta dentro dos marcos unitários que nos auto-impusemos com outras forças revolucionárias.

Pergunto à garota o que pensa da questão do monopólio da expressão "sandinista".

— isto aqui é uma revolução. Todo mundo sabe que é uma revolução; isso de se chamar de sandinistas, quando não lutou é puro oportunismo. Wallace sabe de tudo isso muito bem.

Diz que é amiga do editor do El Pueblo, e que o fechamento do jornal decretado pela Frente foi necessário:

— Wallace sabe que El Pueblo cometeu um erro. Já fez até auto-crítica. Os guerrilheiros estão ali montando guarda à Casa del Gobierno. Há outros na porta de entrada. Quase todos morenos ou mulatos e todos bem jovens. É preciso uma senha para se entrar no prédio, mas há razoável desorganização. Exemplares do Barricada estão amontoados nas mesinhas. Os funcionários burocráticos, secretárias, assessores de imprensa, ao contrário dos soldados, são todos de linhagem branca.

«As casas de somozistas serão dadas aos mártires da revolução e suas famílias».

A entrevista coletiva é montada com deliberada solenidade, no salão térreo do edifício. Em toda a volta soldados sandinistas empunhando fuzis. No mezanino alto que rodeia o salão há soldados a cada três metros também. Seis membros do governo sentam-se ao redor da grande mesa. Ao fundo a bandeira indefectível, preta e vermelha da FSLN. Há grande número de correspondentes estrangeiros entre os jornalistas.

— Convocamos esta entrevista coletiva para fazer um comunicado especial do Ministério da Habitação, de que não será tolerada a ocupação ilegal de moradias, não será permitida a tomada de lotes urbanos.

Moises Hassan Moralez, 37 anos, solteiro. Um dos cinco membros de Junta do Governo de Reconstrução Nacional. Tem sido o porta-voz da Junta do Governo para a imprensa. Lança agora um violento ataque contra os "ultra".

— Esses oportunistas estão se aproveitando não somente das condições miseráveis do povo nicaraguense, das dificuldades da Revolução em resolver problemas que vem de décadas e décadas, mas estão se aproveitando também da abertura deste governo. Esses tipos estão induzindo à prática de atos que podem criar desordens; este governo não permitirá que se pratiquem atos contra-revolucionários, porque é contra-revolucionário a prática de qualquer ato que cause desorganização e prejuízo à imagem deste governo ante os olhos do país e do mundo.

Ao lado de Hassan, na mesa alongada, em postura mais do que solene, quase ameaçadora, estão Violeta Chamorro, membro também da Junta, e o Ministro da Habitação, Ernesto Vigil.

A junta parece alarmada com a onda de ocupações de terrenos baldios em Manágua, por famílias desabrigadas, a ocupação de casas, e a rebelião de inquilinos das "colonias", essas habitações semi-coletivas construídas em madeira após o terremoto de 1972 em que são cobrados aluguéis altos. Como no caso da ocupação de terras agrícolas, os sandinistas acusam os grupos de "ultra-esquerda", especialmente o Frente Obrero, de estimularem essas ocupações.

— Não vai ser nenhum grupúsculo de esquerda que vai atrapalhar o processo; indivíduos que não

foram capazes de lutar efetivamente contra Somoza e agora lutam contra este governo, que aproveitam-se da abertura democrática para derrotar a condução da Frente Sandinista.

A palavra passa ao ministro da habitação, Ernesto Vigil, que anuncia a criação de uma inventoria com objetivo de assumir o controle de todos os loteamentos clandestinos. De imediato "é decretada a intervenção em 150 "colonias", que ele enumera uma a uma. Só em Manágua, é decretada a intervenção em 87 "Colonias", ou loteamento loteamentos clandestinos:

— Todas as contas bancárias dos proprietários desses loteamentos clandestinos serão congeladas. De agora em diante será o Estado que gerenciará esses loteamentos. Portanto, seus moradores não devem pagar os aluguéis aos antigos proprietários. Além disso, o Estado devolverá quantias cobradas em excesso, de acordo com a reavaliação que procedemos sobre o valor justo desses aluguéis. Parte da arrecadação será usada para promover as melhorias que nunca foram feitas, como esgoto e água.

O ministro apresenta o chefe do escritório de intervenção, Alberto Novoa, um jovem ainda. Novoa explica os critérios de definição de um loteamento clandestino. São critérios bem amplos.



— Fazemos este apelo e o aviso de que não foi autorizada a tomada de lotes. Quando se toma um lote num lugar onde deveria passar uma rua, ou onde deveria ser construída uma escola, está-se prejudicando o país. O governo e o povo da Nicarágua vão resolver os problemas do país com trabalho, com paciência, com organização. Muitas pessoas que já têm casas apossaram-se de lotes urbanos com o objetivo de negociá-los. O que nós estamos tratando de conseguir é que todos os nicaraguenses tenham casa própria e condições cada vez mais dignas de moradias e de vida, na medida em que o consigam com seu próprio trabalho, ainda que de forma progressiva. Também estamos tratando de apresentar um projeto de lei para resolver de forma justa e revolucionária a situação das pessoas que tem que pagar aluguel.

«A Junta do Governo foi produto da necessidade que tinha a Frente de contar com a confiança da social-democracia.»

Os jornalistas começam a fazer perguntas. O que acontecerá com casas de pessoas que foram para o exterior? Detalhes de lugares passíveis de intervenção. Quanto tempo a Junta do governo ainda precisará para aliviar o problema das moradias em geral?

— As casas de somozistas serão dadas aos mártires da Revolução e suas famílias. De forma que pediremos a compreensão dessas pessoas que estão ocupando essas casas e tentaremos persuadir essas pessoas para que saiam.

Logo depois outras informações nova:

— Os Conselhos de Defesa Sandinista — CDS — vão canalizar a distribuição de material de construção nos bairros populares, segundo o projeto do Ministério da Habitação, para a urbanização e recuperação desses bairros.

— O governo poderia dar um exemplo concreto dessas ações contra-revolucionárias praticadas por grupos de extrema-esquerda?

A pergunta é de um jornalista estrangeiro. Yugoslavo, parece. Peço que ampliem a resposta, perguntando que provas tem a Junta de que grupos

de "ultra-esquerda" como estão sendo chamados, colocaram uma bomba em uma solenidade pública, conforme denúncia da comandante Mariá Telles?

—E especificamente vou denunciar entre os grupos oportunistas, ao Movimento de Ação Popular, através de sua organização Frente Obrero, e de seu braço, segundo eles, armado, MILPAS.

Hassan começa falando grosso, Depois faz referências ao partido Social-Democrata, de origem burguesa, e que quis adicionar ao seu nome o adjetivo "sandinista". Passa então à defensiva:

— Sabemos que nesses grupos a imensa maioria são pessoas bem intencionadas, que não compreenderam este processo. No entanto, na direção desses grupos encontram-se pessoas viciadas, oportunistas, contrarrevolucionários, e agentes da reação internacional neste país.

O final da resposta é inigualável:

— Como exemplo de ações contra-revolucionárias, temos as ocupações de terras, as invasões de casas, os maus tratos de cidadãos em nome da

«Quem manda no dia-a-dia é a Junta de Governo, mas quem tem o poder é a Frente. A burguesia, representada na Junta, também já construiu algum poder, com um projeto social-democrata bem definido.»

Frente Sandinista. Apropriam-se do nome FSLN para maltratar pessoas e desprestigiar essa organização.

Hassan passa a palavra a Violeta Chamorro.

— Vamos aproveitar a oportunidade para anunciar o novo decreto sobre o Tribunal de Contas.

Violeta passa a ler o longo decreto, denunciado o antigo tribunal de contas como legitimador das roubalheiras de Somoza, e criando o novo tribunal. A leitura é enfadonha. O texto poderia ter sido distribuído antes.

O estilo deve ser o mesmo dos tempos de Somoza, advocacício e elitista — apesar das eventuais expressões revolucionárias intercaladas. A cada decreto segue-se uma regulamentação, de estilo também cartorial. Antes de sair, marco com Hassan uma entrevista para o dia seguinte à noite. Domingo, logo depois do expediente. A Junta também trabalha aos domingos. De volta ao bairro Montoya, já me espera o editor do El Pueblo, para a entrevista acertada de manhã.

— A Junta do Governo de Reconstrução Nacional foi produto da necessidade que tinha a Revolução de contar com a confiança da social-democracia. Daí a presença de Violeta Chamorro, cujo único mérito é o de ser viúva de Joaquim Chamorro.

Melvin Wallace, tem 31 anos e aspecto de quem só tem 25. Franzino, calmo, cuidadoso em cada frase. Deixo que fale sem dirigir demais a conversa.

— O outro membro da Junta, Alfonso Robello, é um grande homem de negócios do setor capitalista exportador, que não tinha vínculos com Somoza. E o advogado Sergio Ramirez, representa a pequena burguesia. Escritor, advogado, professor universitário. Em círculos estreitos ele se proclama marxista, mas publicamente se diz social-democrata. Essas pessoas foram postas na Junta do Governo pelos sandinistas para venderem a imagem da revolução. Diria mais que isso: que em parte foram impostas por Carlos Andres Perez, que era muito ligado a Joaquim Chamorro, com que viveu no exílio por uns tempos. Por isso podemos caracterizar o governo como democrático-revolucionário, com algumas características populares. Nesta altura não é possível uma definição mais precisa de sua ideologia.

Pergunto quem manda no país e na Revolução. A Junta do Governo, ou a Frente Sandinista?

— Quem está mandando no dia-a-dia e definindo a estrutura administrativa do país é a Junta do Governo. Mas quem tem o poder é a Frente. As informações que temos é de que todas as decisões importantes são encaminhadas à Frente, mas que até gora não tem surgido divergências e por isso o problema do poder não se colocou. Mas vai se colocar. Mesmo porque, a burguesia, representada na Junta do Governo, está conseguindo também construir algum poder, e com um projeto social-democrata bem definido, na minha opinião.

NÃO DEIXE DE VER:

Janelas abertas, de
Gianfrancesco Guarnieri
Apresentação do Grupo de
Teatro da Biologia da USP
Dias 7, 8, 13, 14, 15, 20 e 21
de dezembro às 20 horas.

Local: Teatro A — IV prédio
Minas-Biologia—USP

As apresentações são gratuitas e nos dizeres do próprio grupo "trata-se de uma homenagem a todos aqueles que lutaram por uma sociedade justa e que não podem mais ser anistiados."

NÃO DEIXE DE LER:

1 "Autobiografia de Federico Sanchez", de Jorge Semprun.

Federico Sanchez era o nome que o autor adotava enquanto militante do Partido Comunista Espanhol até o ano de 1964, quando juntamente com Fernando Claudin foi expulso em função de divergências políticas com o restante da direção do partido. Evidentemente, o autor jamais abdicou de suas convicções políticas e precisamente por isso o livro cresce em importância.

TRATA-SE DE MAIS UM LANÇAMENTO DE CATEGORIA DA EDITORA PAZ E TERRA



Linchamento:

Quem? Quando? Como? Onde? Porque?

Cantagalo, Curitiba, Baixada (ambas: a Santista e a Fluminense), Matão, Manaus, São José dos Campos — é longo o rosário da recente violência brasileira. «Somos um país pacífico» — não faltará quem brade. Como? Se durante quinze anos se praticou aqui, impunemente, o elogio da violência? Não só durante quinze anos, é verdade. A violência tem o nariz comprido e as pernas longas. Nariz comprido por que se disfarçou, durante os séculos, nessa história de que somos um povo cordial e etc. E pernas longas, porque ela começou, institucionalizada, com uma das maiores migrações forçadas da história da humanidade, que é a história da escravidão negra na América. (Não nos esqueçamos dos índios, sopra alguém ao meu lado).



Uma reação diante do consumo impossível....

A verdade é que faz muito tempo que se confunde, nestas plagas, justiça com chicote. Neste sentido, a onda de linchamentos que assola o país não deve surpreender muito. Há muito tempo aqui se convive com a ideia de que só a repressão garante a proteção. E diante dessa confusão de termos não há instituição que resolva, nem tribunal, nem júri, nem juiz. Ainda mais estes que aí estão, transformados em caricaturas farsescas, quando não em palhaçadas ruidosas (vide Doca Street).

EM TEMPO começa aqui um debate em torno do tema da violência e de sua institucionalização, ou das suas irrupções mais dramáticas, na sociedade brasileira dos últimos tempos. Afinal, parece que a Revolução Francesa ainda não passou por aqui.

Os últimos dias de Pompéia

Aliando a Psicanálise às pesquisas acerca da Sociologia, Arakcy Martins Rodrigues, do Corpo docente da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, fala de linchamento, miséria e dilaceramento íntimo.

Por Guido Mantega, Olgária Mattos e Rachel de Andrade

O que você poderia dizer, do ponto de vista psicanalítico, sobre a onda de linchamentos que ultimamente vem acontecendo, e que pelo jeito não vai acabar tão cedo?

Primeiramente, chamaria a atenção para o fato de que o ato de linchar, nele mesmo, pode ser pensado na perspectiva de Melanie Klein, como um ato ligado aos processos primários, ou seja, aos processos mais regredidos, mais arcaicos da estrutura psíquica humana, ou como nomeou Melanie Klein, à posição esquizo-paranoide. Nessa etapa não há um Ego ainda formado e a linguagem dos impulsos incide de forma imediata no concreto. As fantasias mais primárias produzidas, relacionam-se à fase sado-oral, e envolvem sempre mutilações corpóreas — fantasias corpóreas — fantasias ligadas ao esquarterjar, mastigar, despedaçar, retalhar. Temos visto que um linchamento é um ato onde o supliciado não apenas morre, mas perde partes do corpo (é esfolado, retalhado, castrado...)

Você faz lembrar certas leis de sociedades mais antigas que puniam o criminoso através de terríveis castigos corpóreos. Nietzsche já chamara a atenção para a relação existente entre culpa, dívida e castigo, examinando a aparente falta de lógica que existe entre o devedor, que não pode pagar a dívida, e o credor que se sente pago, não com o dinheiro devido, mas com a mutilação de seu devedor, de um braço, por exemplo.

Esse tipo de justiça que usa o castigo corpóreo existe, ainda, entre os muçulmanos (decepar a mão do ladrão, por exemplo). O que me chama a atenção nessa história toda é o uso do corpo.

Se pensarmos que o suplicio existe, mas de forma regrada (é lei em certos países, ou foi lei), o ato de supliciar não-regrado, no caso, o ato de linchar, seria uma volta à barbárie?

Supondo-se que o Brasil saiu dela, da barbárie, o ato de linchar vem sendo efetuado pelas pessoas pertencentes às classes mais pobres, pelos trabalhadores braçais que usam continuamente o corpo no seu ofício. Toda estratégia de sobrevivência do corpo está fundada no uso do corpo, na habilidade manual (desde o trabalho rural ao urbano). A felicidade na vida do trabalhador é ter saúde em primeiro lugar (pois à falta dela, ele não sobreviveria socialmente). Ele pode estar sofrendo todas as infelicidades, mas ainda assim, considera-se feliz por não estar jogado numa cama, enfermo. Ora, é esse trabalhador, que faz uso do corpo, quem vai supliciar um outro corpo. Como o pensamento do trabalhador, cujo nível de subsistência é ínfimo, tem um grau de concreção muito grande, não pode haver realização abstrata de nada, somente concreta. Não há pensamento abstrato. O que o mais pobre tem a perder senão seu próprio corpo, sua força de trabalho? Poderíamos pensar que o supliciado é a imagem possível do operário que se desviou, que não quis optar pela vida digna do trabalho, e que procurou o caminho aparentemente mais fácil na busca do dinheiro.

Ai você abre mais uma perspectiva. O supliciado pode criar algum tipo de identificação no suplicador? Como você vê a relação agressor-agredido?

Bem, o supliciado, a meu ver, representaria as próprias fantasias regressivas do suplicador, que

ele tem que reprimir em toda sua existência. Quando ele suplicia está liberando suas próprias fantasias sado-rais que, uma vez livres, são necessariamente perigosas. Lembro-me que Elliot Jaques, um psicanalista inglês que trabalhou muito com instituições, diz que as grandes manifestações agressivas de grupo são regidas por mecanismos psicóticos, então, incontroláveis.

Mas esse trabalhador que suplicia, não pode perceber que está suplicando um homem tão indigentemente socialmente quanto ele mesmo?

Não, não pode perceber se está em pleno exercício de suas fantasias sado-rais. Essa percepção pressupõe um mínimo de controle, de saída da imediatez total. É a fase de dissociação, um momento depressivo, posterior à fase sado-oral, que pressupõe um mínimo de elaboração: só aí ele poderia "perceber" algo mais "inteiro". Ao supliciar ele está matando um pedaço dele mesmo. Nos processos primários os objetos não são percebidos inteiros, mas fragmentados. Pode estar representando, também, coisas dele que ele sufoca diariamente, sobre as quais exerce continuamente um controle, e que sufoca em seu interior. E a evasão dos impulsos, o descontrole, é uma força perigosa. Ao linchar, reassegura-se que o terrível não está em voze mas no outro, no supliciado, e, paradoxalmente, o controle dos impulsos se mantém vitorioso quando o descontrole é canalizado, recaído na parte "má", identificada como o outro. Afinal, o bode expiatório apareceu: eu trucidado porque os meus impulsos estão no supliciado e não em mim e nem no social.

Retomando a questão do controle sobre os impulsos... Parece cada vez mais difícil esse controle, na medida em que o apelo ao consumo aumenta, e nem mesmo trabalhando 24 horas por dia, seguidas, haverá possibilidade de atender aos chamados publicitários.

Há uma disputa constante entre o que se quer e o que se obtém. Ou se mexe na fome (objetivamente intolerável), ou nos desejos criados que querem realizar-se. A tentativa de manter um mínimo de equilíbrio nesse processo de controlar impulsos e aguentar uma frustração permanente, é, no mínimo, desgastante...

Isto lembra um fato mínimo, desgastante...

Isto lembra um fato incrível. Aconteceu na periferia de São Paulo, onde havia T.V. As crianças de uma família extremamente pobre pediam, constantemente, à mãe produtos tipo "Danone", "Danette", algo assim... Impossível satisfazê-las. A astúcia da mãe foi colocar qualquer líquido dentro de um pote vazio de um desses tais produtos... Mas, Arakcy, o dinheiro como forma de poder suprindo as frustrações que aumentam... No caso do supliciado um assaltante, por exemplo, ele teria buscado a possibilidade de suprir, em parte, a enorme frustração acumulada, mas de uma forma delinqüente?

A maneira de tentar obter coisas desejadas pode se dar de duas maneiras, pelo menos: ou eu obtenho magicamente, ou eu controlo o meu desejo e o nego. A obtenção mágica pressupõe manipulação do exterior. O delinqüente faz isso, e as seitas religiosas de tipo magia negra, macumba, etc., também. Um operário controla e nega seus desejos porque escolheu a via que eu chamo Pentecostalista. Um delinqüente manipula o exterior, magica-

A violência simbólica

As mulheres de Fiat — ou de como o sapo beijou a princesa e ela virou bruxa

Por Rachael de Andrade

As mais calmas que me perdem, porém não aguento mais sofrer violências no trânsito, vindas de mulheres guiando Fiat. Pois é. Parece estranho? Também me pareceu, até que comecei a fazer um pouco de "pesquisa" encima de tão inusitado fato. E o que tenho a dizer é um desabafo, e que ninguém se sinta obrigado a carregar algo tão pessoal. Acontece que de uns tempos pra cá, notei que as mais aberrantes e ininteligíveis agressões no trânsito desta ansiosa São Paulo, no que me concernem partiam de bonitas e elegantes moças em seus sempre novos Fiat. Claro, todos sabemos das barbaridades cometidas "no asfalto" por motoristas de ônibus e táxis, por homens e mulheres que mal discernem entre o acelerador e a embreagem, pelos "dodóis da mamão", por velhos de chapéu e sem chapéu, etc, etc. Mas não é dessa violência — quase nem a sentimos mais — que estou falando; afinal, dos motoristas de ônibus e táxis a gente foge, racionalizando: "ora, eles estão trabalhando...". E do restante, prudentemente, passamos ao largo. Falo, sim, de um novo comportamento, onde a violência se exprime com novos gestos, novas expressões — um novo "lay-out" que pudé detectar nas mulheres de Fiat, ou nas "fietes" (seguido a discutível moda de substantivar, ultimamente tão mal usada em certas imprensa). Quem são? Como são? Elegantes em seus cabelos cuidadosamente despenteados, despretensiosas nas caras roupas esportivas copiadas diretamente das revistas italianas e francesas (na pior das hipóteses, as revistas nacionais também servem), maquiadas e ligeiramente tortadas pelo sol, com uma profusão de correntinhas de ouro no pescoço e no punho, e um infalível relógio Cartier (ou semelhantes), as decididas motoristas de Fiat descobriram-se liberadas, voluntariosas, afinal a mulher que sabe o que quer. O adjetivo que este Novotipo se auto-aplica deve ser o de "emancipadas". E isso aí. E sabe-se quem poder, pois não explicaram a essas jovens (que muitas vezes são já um tanto senhoras, pouco importa, pois o falacioso "ar" de pertencer a uma minoria privilegiada pela "boa cabeça" e não pelo dinheiro é o que conta), que a tal da falada emancipação da mulher não é tão simples assim. E confundir alhos com bugalhos é bem mais fácil do que discernir entre libertação e alienação. Prá dizer a verdade, a propaganda da Fiat foi engolida sem digestão alguma. O sapo beijou a princesa e ela virou bruxa (o

conto de fadas original é bem mais interessante).

Tive a paciência de verificar a "mensagem da indústria aos consumidores. Era o que eu já imaginava: um carro "inteligente", a Europa ao alcance de todos... é uma questão de tempo — e tempo curto — introjetar certos valores em cada um e esculturar uma certa imagem desejada. Entre o carro e o dono do carro não pode haver nenhum abismo. E o carro passa a dar ao dono (a) sua "performance" (aliás, essa fantasmagoria tem um nome específico, como sabem os leitores de Marx). E na certeza de representarem os ideais da revolução francesa e/ou do maio de 68 frances, as "fietes" enchem a boca com frases como (e esta eu ouvi, embaçada): "Sai da frente senão eu vou bater no seu carro... e se bater, azar!", acompanhada de um muxoxo com jeito de quem nada tem a perder, bem ao contrário, só tem a ganhar o gostinho de vitória numa competição imaginária, como é imaginária a percepção de sua própria liberdade. Uma outra frase, em tom de zanga poltizada: "Na...na... não! Esse lugar aqui é meu, querida!". E o que resta a fazer (ao menos foi o que eu fiz) senão pedir desculpas por não ter tido a destreza mental de perceber um fato tão óbvio? Dar passagem a um outro carro? Nunca. Deixar de buzinar tão logo o farol fique verde? Jamais Ultrapassar pela esquerda? Bobagem. E então, vou discutir? De forma alguma. Haverá sempre uma enxurrada de frases prontas e bem compostas, sem nenhum palavreio, indicando o espírito da civilização européia encarnado nessas libertárias donas-de-casa (que não param na casa), nessas possíveis pós-graduadas da Sorbonne e ex-frequentadoras de uma certa ala do Quartier-Latin, nessas conscientizadas senhoritas da média-alta sociedade, viajoras da ponte aérea São Paulo-Rio. Pobre Brasil selvagem, que paciência maternal devemos ter para viver nele! — parecem dizer essas novas plantas que vingam na estridente época de "abertura".

E mais ainda teria a dizer, porém deixo aos contemplativos a tarefa de aumentar ou refutar essa desopilante pesquisa. Uma pergunta, entretanto, não sei responder: por que esse sapo não beijou o príncipe, isto é por que os homens de Fiat não se transmutaram em "fietes"? Ou o carro para o novo tipo masculino dos "novos tempos brasileiros" é outro? A verificar.

mente, psicopaticamente. O operário quer controlar o dentro, e o delinqüente quer controlar o fora (mata, rouba, para obter e não sentir frustração). Eu tenho, às vezes, a sensação de que estamos nos "últimos dias de Pompéia", pois a perspectiva é o crescimento imensurável dos desejos e o acúmulo inevitável das frustrações, e todos estamos com fantasias infratoras, em maior ou menor grau.

Andam surgindo uns grafites, de um mes pra cá, com dizeres: "Viver, viver! Só viver!", etc. Após uns 15 dias uma outra mensagem foi aposta a essa: "Antes da 3ª guerra!"

Eu gostaria de chamar a atenção para um fato que nos passa, em geral, despercebido. Nós chamamos um linchamento, por exemplo, de uma

violência. E jogamos a violência como pertinente só às classes mais pobres. As formas de violência mais requintadas (eu diria, até, as não corpóreas), não têm esse apelido: violência. Nas classes de maior poder aquisitivo a violência é simbólica, a destruição, o "esquarteramento, o linchamento, tudo isso se dá através das humilhações sofridas no emprego, nas agressões gratuitas por todo lado. As formas de justiça com as próprias mãos, se dá de maneira mais sutil, sem utilizar a polícia. A competição (um querendo acabar com o outro, pisar em cima, etc.), esta aí, sabemos. Parece que a civilização tem optado pela punição psicológica e não corpórea. Não vamos, então, assumir, essa nomeação — violência — para nos referirmos a um quadro de infrações ou agressões que parte da classe mais pobre.

Matar ou morrer

Gerárd Lebrun, membro do Departamento de Filosofia de Aix-en-Provence e do Departamento de Filosofia da USP e da UNICAMP, nos fala sobre a violência hoje.

Por Guido Mantega, Olgária Mattos e Rachel de Andrade

Surto de linchamentos poderia ser entendido como um "canal de justificação"?

Lembremos que num país onde se lincha uma pessoa, ao mesmo tempo há um julgamento tipo "Doca" Street. Então, se não há justiça, qual o recurso que resta? Penso que é preciso aqui distinguir duas coisas:

1º) O problema da falta de segurança física dos indivíduos começa a tornar-se universal nos países ocidentais; isto deverá tomar uma envergadura incalculável antes do fim do século. Nos arredores de Paris, por exemplo, há hoje grupos de auto-defesa, (o que não significa o direito de matar a esmo) dando o surto de criminalidade brutal e a incapacidade da polícia em proteger as pessoas. No Rio de Janeiro, a impressão deixada pelas reportagens sobre criminalidade é de estarrecer; é uma cidade tomada pela violência e a incapacidade do poder central proteger os cidadãos é um fato. Não existe aqui um Estado que, como dizia Hobbes, estaria encarregado de promover a segurança, a proteção dos indivíduos. Nesse contexto, essa "justiça selvagem" — no sentido em que se realiza prescindindo das instituições — é um fenômeno especificamente brasileiro.

2) Essas reações são encorajadas por um fenômeno que surpreende observador estrangeiro: grande parte do pessoal de baixa renda nunca teve a idéia de que a polícia existe para proteger a segurança do cidadão.

A polícia para essa gente é a polícia dos donos do poder, e sua idéia é a de fugir tanto da polícia quanto dos marginais. Há um abismo entre a população excluída do plano econômico e política. Nessa medida, qualquer reação de cólera (os crimes hediondos, como do motorista de praça em Curitiba) provoca de maneira natural a justiça com as próprias mãos. O que me impressionou em conversas com operários e pessoas do povo foi essa exterioridade total com respeito ao sistema da lei. A tendência ao auto-justificar-se como atitude natural, tem sua raiz nesse estado de coisas, o que do ponto de vista social é patológico.

Nessa perspectiva é possível falar-se em "cidadãos"?

Eu disse "cidadão" no sentido familiar. Mas do ponto de vista de qualquer filosofia política, não merece ser chamado de cidadão.

Se esse surto de violência é um fenômeno

universal que se deve à descrença nas vias possíveis de proteção (polícia, justiça), como explicar que na França, por exemplo, haja "auto-defesa" de "cidadãos"?

Já houve linchamento na França ocorrido nessas mesmas circunstâncias. A chamada "legítima defesa" encoraja as pessoas a se defenderem, visto que a polícia não tem condições de defender as pessoas. A audiência desse tipo de justiça é forte junto a uma parte da classe média. Como observou Foucault, numa conversa que tivemos, não se trata de um segredo de ontologia social o fato de a criminalidade prejudicar muito mais aos pobres que aos ricos. Algumas vezes, conversando com motoristas, operários com um discurso de tipo MDB, de repente eles começam a elogiar um certo secretário de segurança, admitem certos tratamentos dados nas delegacias de polícia para fazer um bandido falar, justificam as piores violências. Essas pessoas que saem de manhã dos subúrbios são muito mais expostas à violência do que a burguesia.

Esse tipo de assentimento à violência policial, não decorreria do fato de o operário tangenciar a situação de marginalidade? Nesse sentido, justificar a atrocidade policial e de massa seria uma forma de legitimar sua escolha por um trabalho honrado.

Pode muito bem ser isso.

A que você atribuiria o aumento da violência no mundo?

Não sou sociólogo, mas eu diria que o impressionante aumento da criminalidade parece ligado entre outros fatores, a um aumento demográfico, e a uma aproximação geográfica maior dos pobres dos ricos. Por esta razão, o Rio me parece ser cidade mais perigosa do que São Paulo, porque no Rio, a miséria e a riqueza estão justapostas, o fato de as favelas serem vizinhas aos prédios de luxo, determina esse contato social que até dez anos atrás não havia. A propaganda de Natal, por exemplo que é uma tentação ao consumo de brinquedos para as crianças, etc, que é um chamado incessante para se entrar na sociedade de consumo, é um verdadeiro convite à marginalidade.

O apelo à sexualidade, na forma de mercadorias eróticas nas bancas de jornais, não determinaria a violência sexual naqueles que não têm acesso a esse tipo de explosão sexual?

Pode ser, mas esse tipo de relação pode obcecar um pouco. Eu não concordo com a idéia de

atribuir os estupros a isso. A violência sexual não parece ser o fator mais importante da criminalidade. Primeiro vem o desejo de arranjar dinheiro. Nem o sexo, nem a propaganda erótica pode ter relação com o aumento da criminalidade. Aliás, a censura é muito tolerante com a violência, e vitoriamente repressiva com relação ao sexo. Nos cinemas pode-se assistir a cenas de terrível sadismo, mulheres torturadas, esfoladas vivas, etc. Não sou pela censura, mas prefiro a censura à violência do que ao sexo. Talvez fosse bom abrir "sex-shops", como em Londres e Amsterdam, aqui no Brasil isso talvez canalizasse as atenções dos obcecados e até baixasse a incidência de estupros. Haveria uma desertização, sem dúvida...

Voltando à questão dos linchamentos. Como as pessoas encaram o papel da justiça na Europa? Ainda é acreditada?

Na Europa, de uma maneira geral, não há desconfiança na mentalidade do povo com respeito às instituições de segurança e de justiça. Desde a Revolução Francesa essas instituições funcionam mais ou menos, não são pura farsa. A polícia, hoje, não está funcionando nos subúrbios de Paris por problemas materiais, acúmulo de dossiês, etc. Há um aumento estatístico da criminalidade que não é devido diretamente a causas materiais. Há filhos de burgueses que se entregam ao crime. A tentação que se tem é a de explicar isso invocando um "instinto de agressividade", que permaneceria la-

lente, uma espécie de substrato "incivilizável". Parece-me uma solução fácil. Eu me pergunto se o desaparecimento das guerras convencionais não libertou uma certa agressividade, que antes se liberava nelas. Eu seria menos biólogo e mais socialista. O surto de criminalidade, quando não é devido exclusivamente às causas econômicas, deve-se a raízes mais profundas, ao rompimento das estruturas familiares, à crise dos valores na Europa Ocidental. Instituições como a Igreja, o Exército, são burladas, zomba-se delas. Há um niilismo das pessoas que ultrapassa as fronteiras ideológicas e políticas. Há o desemprego dos jovens que é um fator importante. Eles não passam fome, tudo lhes é facilitado, porém a mentalidade de um rapaz que entra na vida sem ter enfrentado o trabalho, dados os valores que lhes são inculcados, faz deles, jovens traumatizados, patológicos sociais. Acho que a questão está mais a esse nível do que a nível de um "instinto de agressividade" exteriorizado. A pobreza explica a criminalidade? Sim, mas eu me pergunto se realmente as pessoas que assaltam são aquelas que passam fome, como no "Os Miseráveis", de Victor Hugo, ou se são pessoas chamadas pela sociedade de consumo, mas que ainda não estão perfeitamente integradas nas regras dessa sociedade. Acho mais importante levar em conta a tentação exercida pelo mercado para promover o consumo, se quisermos tentar explicar tais fenômenos.

A violência está em toda a parte

Está certo que o presidente Figueiredo quer construir a imagem de um presidente popular, desde que o regime inventou esta alquimia de um "populismo sem povo". Está certo que ele queira construir a imagem de um homem raçudo, que leva tudo no peito e na coragem. Está certo também que em muitas de suas entrevistas pareça um desses simpáticos zagueiros de várzea, mandando tudo de bico pra qualquer lado. Está certo, está certo. Mas em Florianópolis as coisas foram longe demais.

A manifestação saiu do controle e o que estão dizendo aqui e ali. Mais certo, entretanto, seria dizer que o país saiu de controle. E não é de hoje, nem por causa de aumento do petróleo. Afinal, há seis ou sete anos atrás era taxado de terrorista quem falasse em dívida externa ou na loucura que era basear o sistema de transporte de um país no automóvel ou nos derivados de petróleo.

Está certo também que Florianópolis tem uma certa inimidade histórica com presidentes da república. Afinal, lhe puseram o nome de

um que mandou fuzilar quase duas centenas de seus cidadãos. Está certo também que desde a novela Dancin' Days e a moda da discoteque as coisas neste país estão muito mais para esfregação direta, contato corpóreo, alitrô cara a cara, queda de braço, do que pra outro tipo de contenda.

Está certo também (quer dizer, está errado) que atravessamos uma fase em que para ser linchado basta correr; todo mundo atrás do seu bode expiatório particular, que permita em dois ou três pedaços arrancados obter nossa fatia de satisfação 'em riba d'outro'.

Enfim, tem muito está certo para se explicar os acontecimentos de Florianópolis e o confronto que ali houve, e pela qual a estátua ou placa do Floriano acabou pagando o pato, num justicamento simbólico a posteriori. E em tudo isso, só podemos agradecer a presença da segurança presidencial, e sua pronta ação. Senão, a nação, estarrecida veria, pela primeira vez na sua história, um presidente da república, metendo a mão na massa. (F. Aguiar)

POR QUE ASSINAR MOVIMENTO?

Leio MOVIMENTO porque é um jornal que vem possibilitando o debate político em torno das proposições atuais para a condução das lutas populares. Devemos apoiar e divulgar MOVIMENTO, que muito tem contribuído na luta que a classe operária e os setores populares buscam travar, sem conciliação, pela mais completa derrubada da ditadura militar.



Dora Rodrigues Carvalho

DORA RODRIGUES CARVALHO.
(Ex-Presidente da UEE de Minas Gerais e Diretora da UNE — 68/69)

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> ASSINATURA ANUAL
Cr\$-1.300,00
Exterior - US\$70) | <input type="checkbox"/> ASSINATURA SEMESTRAL
Cr\$-700,00
(Exterior - US\$ 35) | <input type="checkbox"/> ASSINATURA BI-ANUAL
Cr\$ 2.400,00
(Exterior US\$-140) |
|--|--|--|

Estou enviando o cheque n° _____ em nome de Edição SA Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP. CEP: 05415. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para conta Postal CCP 1202254 D-M Villas-Paris. FRANCE.

Nome _____	Idade _____
Profissão _____	Endereço _____
Cidade _____	Estado _____ CEP _____



Oposição Sindical de Osasco pede correção

Companheiros de Em Tempo; Pela 2ª vez, elementos de Oposição Sindical de Osasco dão uma entrevista ao jornal "Em Tempo", e pela segunda vez, de tão cortada, acaba por mudar o significado. Na primeira vez foi cortada qualquer referência a trabalho de base e comissão de fábrica - como se uma O.S. pudesse se chamar de oposição sem ter essa referência básica. Desta vez, no Em Tempo nº 92 cortaram as poucas denúncias e críticas especificadas, colocando tudo no geral. Quando um companheiro disse que a diretoria desmobilizou, falou em três casos comprovados: na Ford, na Forjaço e na Brown-Boveri, elementos da diretoria aconselharam os companheiros que não fossem as reuniões de fábrica e assembleias.

A nosso ver, a publicação da entrevista refletiu o que ela foi, não ocorrendo mudança do seu signifi-

cado. Entretanto, por erro de revisão gráfica não saiu publicado o trecho que se segue, e que a nosso ver é importante:

— "As falhas que tiveram na greve foi falta de trabalho de base, dentro das firmas e o fato de que uma parte da oposição sindical ter feito aliança com a diretoria do sindicato, que se diz autêntica. Esta diretoria está aí a muito tempo, nunca fez nada e sempre tentou evitar a greve. Esta mesma parte da oposição negou a greve, coisa que operário nunca pode fazer. A outra parte da oposição vacilou perante os pelegos num momento que não podia vacilar.

Acho que é preciso criar uma oposição de verdade, bem democrática, sendo responsabilidade de todos o seu funcionamento, de maneira que não haja a promoção de ninguém."

Ciclo de cinema

Sindicato dos Bancários de São Paulo
Próxima apresentação: «O Couraçado Potemkin», de Sergei Eisenstein
Data: 15 e 16/12 (sábado e domingo) às 18, 19:30 e 21 horas.
(No sábado haverá sessão também às 22:30 e 24 horas)
Local: Rua Florêncio de Abreu, 270 — Centro — SP (próximo ao metro São Bento)

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Soder (presidente), Aloísio Marques, Antônio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibércio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nader, Marcelo Bezerra, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio A.H., Tom Duarte. — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.
DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibércio, José Luiz Nader, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.
EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.
DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Pappi.
SUCURSAIS: BELO HORIZONTE — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Tel. 335-7773;
PORTO ALEGRE — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20; RIO DE JANEIRO — Praia do Botafogo, 316, sala 209; SALVADOR — Av. Joana Angélica, 8, sala 44; FORTALEZA — Rua Castro e Silva, 1169. — Tel. 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda. — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel. 278-9010.

Rua Mathews Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo — CEP: 05415
Telefones: 280.4759 — 853.6680

Imperialismo ou satanismo: o longo impasse iraniano

A ocupação da embaixada americana em Teerã marcou a retomada das mobilizações populares por todo o país, demonstrando que o elemento unificador dos povos do Irã não é o islamismo mas o ódio à dinastia Pahlevi e seu aliado: o imperialismo.

Por Carlos Eduardo Matos

A crise desencadeada pela ocupação da embaixada norte-americana em Teerã atingiu um mês de existência - trinta dias marcados por uma escalada de desafios à influência dos Estados Unidos em todo o mundo árabe, da Líbia ao Paquistão. E o impasse persiste: o xá permanece em território americano, os reféns continuam presos e os iranianos mobilizados, para fazer frente a uma eventual intervenção norte-americana. No momento em que se realiza o plebiscito da ratificação da Constituição Islâmica do país, Khomeini pode contar com uma unidade nacional comparável àquela existente quando os operários e estudantes de Teerã improvisavam armas para enfrentar, nas ruas da cidade, a Guarda Imperial e os torturadores da Saval.

Recrutar esta unidade (e em termos "islâmicos") era, sem dúvida, um dos objetivos fundamentais de Khomeini. A vitória da insurreição popular do início do ano foi seguida por uma inevitável diferenciação entre as forças unidas em torno da figura do aiatolá: basicamente, tratava-se do conflito entre o aparelho religioso xiita - uma burocracia implantada em todo o país, essencialmente conservadora - e os integrantes não religiosos da revolução iraniana, muitos deles marxistas e decididos a romper de vez com o imperialismo.

O primeiro ponto de conflito foi a reticência dos iranianos em devolver as armas com que haviam enfrentado os soldados do xá. E logo surgiram outros - controle operário da produção, organização autônoma dos trabalhadores, livre debate nos comitês populares - que iam muito além das estruturas "islâmicas" que Khomeini planejava para o país. A ideologia religiosa não conseguia apagar os conflitos entre as classes; quando o fato nacional fez irrupção e os curdos prosseguiram em sua luta secular pela independência, logo imitados pelos demais minorias, a "República Islâmica" sofreu o seu mais profundo abalo.

Os limites da normalização

A resposta de Khomeini foi o bombardeio das cidades e povoados curdos e a repressão a todas as organizações que admitiam o direito deste povo à independência. Os jornais de esquerda deixaram de circular, militantes de várias organizações foram presos e condenados à morte. Aparentemente o Irã era um país em vias de "normalização", capaz de ocupar sua posição estratégica dentro do sistema econômico imperialista. A produção de petróleo continuaria a ser dirigida para os mercados ocidentais, a administração recuperaria um mínimo de "racionalidade" (em detrimento, é claro, das reivindicações populares), o xá permaneceria num exílio discreto: tais eram alguns dos elementos da política de Barzagan, primeiro ministro de Khomeini.

Esta política poderia ter funcionado - e não entando desde julho, segundo um documento secreto apreendido na embaixada norte-americana, o governo de Carter pretendia receber o xá no país "por volta de janeiro de 1980". Vários fatores devem ter influenciado essa decisão: interesses econômicos, superestimação do desgaste sofrido pelo prestígio de Khomeini, até mesmo a identificação da burguesia norte-americana com um governante que abrisse as portas de seu país ao capital estrangeiro. De qualquer modo, tratava-se de um ato de hostilidade aberta à revolução iraniana e a todo um povo submetido a décadas de ferocíssima repressão policial.

Era a oportunidade de Khomeini. Os meses anteriores haviam assistido à lenta erosão de sua liderança, devido ao não atendimento das reivindicações populares, à estreiteza de suas concepções quanto à organização social e, sobretudo, aos insucessos iranianos na luta contra os curdos, de repente, os Estados Unidos ofereceram-lhe a oportunidade de mais uma vez simbolizar a unidade iraniana frente ao odiado regime imperial. É verdade que os papéis esta-

vam trocados, o Xá estava no exílio e o aiatolá no poder; mas para um poder carismático de base religiosa, o confronto com o Xá encarnação do mal absoluto, não era apenas uma política: era a única política.

Títtere ou demônio?

A reação popular mostrou que o elemento unificador de todos os povos do Irã não era o islamismo, mas o ódio à dinastia Pahlevi. A resistência curda decidiu suspender provisoriamente suas atividades, diante da ameaça de uma intervenção imperialista. Mais uma vez estavam lado a lado os religiosos, para quem o Xá era "um demônio", e os militantes, que vêm em Reza Pahlevi um títere corrupto a serviço do imperialismo.

Mais ainda, a ocupação da embaixada marcou a retomada das mobilizações populares por todo o país. Os jornais das organizações de esquerda voltaram a circular, renasceram os conselhos de trabalhadores, em várias regiões sucederam-se as ocupações de terras e casas desocupadas. Além disso os operários das refinarias, o núcleo decisivo do proletariado iraniano, criaram um sindicato nacional e passaram a exigir a semana de 40 horas e a abertura dos livros da companhia nacional de petróleo. Resurge a unidade popular que havia derrotado, em fevereiro, as tropas imperiais; e, desta vez, os setores "leigos" devem ter consciência das limitações da hierarquia xiita, disposta a lutar contra o "satanismo" do xá mas não a romper com o capitalismo.

Certamente Khomeini sabe que a persistência do impasse tende a favorecer a retomada da mobilização popular anti-imperialista, e é bastante provável que pretenda desarticulá-la, no futuro, com elementos bem menos formais do que a vitória "islâmica" no plebiscito de ratificação da nova Constituição. No entanto, a

própria base de seu poder contribuiu para conduzi-lo a uma situação de confronto, a um choque de vontades que, em princípio, somente poderá ser superado quando um dos adversários - o aiatolá ou a administração Carter - recuar publicamente de suas posições. Um líder político como Barzagan poderia chegar a algum tipo de compromisso, diante da necessidade de pôr um freio nas mobilizações populares; mas um líder carismático religioso não pode compactuar com o satanismo.

Em resultado, o conflito se desenvolve em dois níveis. De um lado estão os setores "civilizados" da administração Carter, e os quadros mais reacionários da vida política americana, saudosos da era de intervenções que conduziu ao desastre no Vietnã; do outro, a nova aliança entre as forças populares iranianas e o clero xiita. Luta-se contra o adversário comum; e luta-se no interior de cada bloco, pela vitória de suas posições, a partir de cada movimento da parte contrária. A adoção de uma política "bura" no bloco norte-americano, por exemplo: como uma intervenção em estilo Entebbe, viria reforçar o polo anti-imperialista no Irã, enquanto a execução dos reféns viria fortalecer politicamente os círculos mais agressivos da direita norte-americana.

Neste quadro, a vitória maciça de Khomeini no plebiscito ligado à nova Constituição iraniana pode representar - se o aiatolá assim quiser uma saída para a longa crise. Amparado no apoio maciço à Constituição "islâmica", Khomeini poderá abrir mão dos reféns independentemente da extradição do xá, com a certeza de ser visto, pela opinião pública internacional, como o vencedor do conflito que o opôs ao hesitante Jimmy Carter. Se isto acontecer, seu carisma recuperado, o aiatolá certamente não terá dificuldades em encontrar um novo Chedi Barzagan para tentar fazer frente às reivindicações das massas populares e das minorias nacionais iranianas.

A história se repete

Em 1953, o imperialismo americano reconduziu o xá do Irã ao poder destruindo o regime nacionalista de Mossadegh e um vigoroso movimento de massas. Um quarto de século depois ele tenta repetir a tragédia, mas com uma dificuldade muito maior.

Por Ernest Harsh, da Intercontinental Press

Quando o governo americano levou o deposto xá do Irã para os EUA as massas iranianas reagiram a essa provocação com fúria e indignação. Elas enxergaram corretamente na atitude de Washington de proteção ao odiado assassino - o símbolo da contrarrevolução - uma ameaça direta contra sua revolução.

O governo dos EUA já devolveu o poder ao xá uma vez - pelo golpe organizado pela CIA em 1953 - e sustentou seu reino de terror durante vinte e seis anos. Seu retorno ao solo americano é uma clara demonstração de que o imperialismo americano não cedeu um milímetro sequer em sua determinação de decidir o futuro do Irã.

No início da década de 50, quando os EUA fizeram a primeira intervenção para barrar as aspirações de liberdade das massas iranianas, grandes lutas haviam emergido contra a dominação imperialista. Na ocasião elas se concentraram em torno da demanda de nacionalização da indústria petrolífera, o maior recurso econômico do país, então de propriedade e controle do imperialismo britânico. Durante o processo, a monarquia proimperialista do xá tornou-se crescentemente ameaçada.

Sob pressão popular, em 30 de abril de 1951, o parlamento iraniano elegeu Mohammedi Mossadegh, um dos mais proeminentes defensores da nacionalização do petróleo, primeiro ministro. No dia seguinte a indústria petrolífera passava para o controle do Estado.

Os imperialistas britânicos prejudicados em seus interesses, rapidamente responderam com a ameaça de uma retaliação militar. Tropas e forças navais britânicas foram deslocadas para cercar as fronteiras e a costa do Irã.

Numa ação similar ao do recente congelamento das receitas iranianas nos EUA pelo presidente Carter, o governo britânico em 1951 ordenou que todos os depósitos iranianos nos bancos britânicos fossem bloqueados, estrangulando o comércio exterior do Irã.

Outra medida similar às atuais foi a da decisão do embargo de todas as compras de petróleo do Irã pelas maiores companhias britânicas e americanas. Esse embargo foi mantido por dois anos e meio e durante todo esse tempo o Irã pode exportar apenas 103000 toneladas de petróleo - menos do que ele exportava em um dia antes da imposição do embargo. A administração Truman em Washington anunciou que não poderia garantir nenhuma ajuda econômica maior até que algumas concessões fossem feitas aos britânicos pelo governo iraniano.

Simultaneamente, Washington e Londres encorajavam o xá a endurecer o fogo. Em julho de 1952, ele desafiou o parlamento recusando-se a entregar o supremo comando do exército, Mossadegh, em protesto, renunciou.

As massas iranianas foram imediatamente para as ruas numa enorme demonstração para exigir a recondução de Mossadegh. Centenas de manifestantes desarmados foram assassinados quando o exército abriu fogo sobre a massa. Mas como a disciplina militar começava a ser quebrada e soldados passavam a se juntar aos manifestantes, o xá rapidamente recuou. Menos de uma semana depois de sua renúncia Mossadegh era reconduzido ao cargo.

As mobilizações populares de apoio a Mossadegh compeliram o primeiro ministro a empreender novas medidas que ameaçavam o controle imperialista do país. Os poderes do xá foram restritos àqueles definidos pela constituição e ele foi forçado a entregar terras ilegalmente adquiridas por seu pai. Uma reforma agrária foi planejada, para alarme dos grandes latifundiários.

Loy Henderson, o embaixador americano no Irã, se colocou abertamente ao lado do xá, contra Mossadegh e o movimento de massas.

Por volta de agosto de 1953, Londres e Washington haviam decidido que já era tempo

de atuar mais ativamente contra o regime de Mossadegh para substituí-lo em função de seus interesses. Uma conspiração para derrubá-lo foi então organizada pelas agências de inteligência britânica e americana, como Kermit Roosevelt, o oficial da CIA que dirigiu a operação, admitiu mais tarde em suas memórias.

No princípio de agosto, o Gal. Norman Schwarzkopf, um oficial americano que havia sido anteriormente instrutor das forças de polícia do xá, retornou a Teerã. Estabeleceu contato imediato com o Gal. Faziollah Zahedi, homem de confiança do xá que já havia tentado derrubar Mossadegh alguns meses antes.

Simultaneamente, o embaixador Henderson viajou para a Suíça para encontrar-se com Allen Dulles, diretor da CIA, e a princesa Ashraf, irmã gêmea do xá.

Com o respaldo da CIA, em 15 de agosto, o xá ordenou ao comandante de seu corpo de polícia que demitisse Mossadegh. Mas a operação abortou e o xá teve de deixar as pressas do Irã, refugiando-se na Itália.

Henderson voltou ao Irã por uma segunda vez. Em 19 de agosto, o gal. Zahedi atacou a casa de Mossadegh e destruiu-a. Mossadegh foi preso dois dias depois.

Na noite do golpe, uma festa de comemoração da vitória teve lugar na casa da CIA em Teerã. Howard Stone, um dos agentes da CIA organizadores do golpe, contou mais tarde que Zahedi, que estava presente na festa, aproximou-se dele e disse: "muito bem... muito bem... O que faremos agora?"

Em 22 de agosto, o xá retornou ao Irã como ditador absoluto. Começou então o reinado de um dos mais sanguinários e repressivos regimes da história, que iria sobreviver por um quarto de século graças às armas e ao suporte político americano.

A campanha do imperialismo americano contra os trabalhadores e camponeses do Irã hoje possui muitas similaridades com a operação da década de 50. Mas o contexto político é muito diferente.

Nos últimos 26 anos, o ascenso da revolução colonial, as derrotas sofridas pelo imperialismo em várias partes do mundo e o sentimento antiguerra cada vez mais profundo entre os trabalhadores americanos tem minado crescentemente a capacidade de Washington de embarrar em aventuras militares no exterior.

O término da gestão colonial direta sobre a África e a Ásia, as revoluções em Cuba e no Vietnã, e mais recentemente as derrotas sofridas pelo imperialismo na Etiópia, Angola, Afeganistão, Kampuchea, Nicarágua, Granada e no próprio Irã em conjunto, fortaleceram a habilidade dos povos do mundo a resistir às agressões imperialistas.

Nos EUA, o massivo sentimento antiguerra que ajudou a forçar a saída de Washington do Vietnã continua sendo muito profundo. A despeito dos esforços de Carter para criar uma xenofoba histeria anti-iraniana em cima da ocupação da Embaixada americana em Teerã, não existem sinais de que ele tenha sido bem sucedido em minar tal sentimento de nenhum modo fundamental.

Mas apesar desses obstáculos à intervenção, as repetidas provocações de Carter mostram que Washington está ainda tentando ficar com as mãos livres para um ataque contra a revolução iraniana.

Entretanto, a profundidade da revolução iraniana e a rejeição dos americanos em se envolverem num outro Vietnã coloca os trabalhadores do Irã numa posição muito mais favorável para defender a si próprios hoje do que a que eles tinham em 1953.